

PPGEST - UFF

HOPLOS

Revista de
Estudos Estratégicos e
Relações Internacionais

Vol.1 - N°.1 - 2017

ISSN: 2595-699X



HOPLOS

**Revista de Estudos Estratégicos
e Relações Internacionais**

v.1 n.1

Jan.-Jun. 2017

ISSN: 2595-699X

Niterói -2017



“Hoplos” é a revista discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (PPGEST), da Universidade Federal Fluminense (UFF). Com periodicidade semestral, ela se constitui em um espaço plural de análise e discussão sobre temas que permeiam os Estudos Estratégicos, as Relações Internacionais e a Ciência Política. Recebendo colaborações em sistema de fluxo contínuo, a revista publica artigos acadêmicos e resenhas de obras de edição recente e tem como principal objetivo a divulgação da produção de pós-graduandos/as e pesquisadores/as dessas áreas. Os textos recebidos são analisados em sistema de *blind review* e publicados mediante recomendação do Conselho Editorial.

Instituto de Estudos Estratégicos – INEST/UFF

Diretor: Prof. Dr. Eurico de Lima de Figueiredo

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos – PPGEST: Prof. Dr. Thiago Moreira Rodrigues

Vice-Coodenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos – PPGEST: Prof. Dr. Gabriel Passetti

Chefe do Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais – DEI: Prof. Dr. Alex Jobim

EQUIPE EDITORIAL:

Editor: Vinícius Armele dos Santos Leal
Editores-Assistentes: Mariana Guimarães, Maria Lígia Gomes e Heitor Erthal

Secretaria: Isabella Pereira

Projeto Gráfico: Viviane de Oliveira |
www.vivinhaoliveira@gmail.com

CONSELHO EDITORIAL

Adriano de Freixo (UFF)

Érica Winand (UFRN)

Fernando Brancoli (UFRJ)

Francine Rossone (UFF)

José Pedro Zúquete (Universidade de Lisboa)

Mônica Leite Lessa (UERJ)

Rafael Rossoto Ioris (University of Denver)

Sabrina Medeiros (EGN)

Suhayla Khalil (FESP-SP)

Suzeley Khalil (UNESP)

Thiago Moreira Rodrigues (UFF)

Williams Gonçalves (UERJ)

CONTATO

Instituto de Estudos Estratégicos - INEST
Universidade Federal Fluminense – UFF
Campus do Valonguinho – Alameda
Barros Terra, S/N – 2º andar. Centro –
Niterói – RJ

CEP. 24020-150

E-mail: revistahoplos@gmail.com

Facebook: Hoplos

ISSN: 2595-699X



Sumário

SISTEMA EUROPEU E A PRIMEIRA GRANDE GUERRA: UMA RELEITURA DA MULTIPLICIDADE DE CAUSAS DO EVENTO QUE MOTIVOU A CRIAÇÃO DO CAMPO ACADÊMICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

.....1
Ariane Costa dos Santos

A ODISSEIA ESPACIAL INDIANA: INSPIRAÇÃO PARA O BRASIL?

.....15
Kamilla Bussinger Ribeiro Short
Pérsio Glória de Paula

POR UMA CRÍTICA IMANENTISTA À TEORIA DA SOBERANIA

.....31
Ádamo da Veiga

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA TEORIA POLÍTICA DAS RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES

.....45
Prof. Dr. Frederico Carlos de Sá Costa

O DISCURSO DE XI JINPING EM DAVOS E A CONSTRUÇÃO DO SÉCULO XXI

.....57
Prof. Dr. Fernando Roberto de Freitas Almeida

Resenha

A Política Externa Brasileira na Era Lula: Um balanço

.....72
Taís Ristoff





APRESENTAÇÃO

O século XXI se iniciou precisando superar as profundas marcas deixadas pelo século XX. Em contextos distintos dos séculos anteriores, tivemos a continuação de guerras e revoluções acompanhadas pelo incremento dos meios de violência, por polarizações não solucionadas e por dimensões multifacetadas dos conflitos. Percebemos então que a guerra permanece como um dos fenômenos sociais mais complexos, possuindo desdobramentos e características diversas, se modificando, inclusive, em novos meios de destruição e que afeta diretamente a política internacional.

É para refletir sobre tais questões que o corpo discente do programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (PPGEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF) traz à luz “Hoplos”, uma publicação semestral que busca contemplar a notável ampliação dos debates acadêmicos sobre temas relacionados à segurança, defesa e política internacional, tendo como pano de fundo as novas incertezas que surgem no entorno geoestratégico brasileiro e no mundo, compreendendo, assim, as inúmeras dimensões e a rica diversidade dos Estudos Estratégicos, da Ciência Política e das Relações Internacionais nas suas conexões com os demais saberes.

Nesta visada, o nome Hoplos deriva de *hoplon* (ὅπλον, plural *hopla* ὅπλα), que eram os escudos utilizados pelos soldados que ficariam conhecidos como *hoplitas* (do grego ὀπλίτης *hoplitēs*; pl. ὀπλίται *hoplitai*). Os hoplitas eram cidadãos-soldados - normalmente não profissionais - da infantaria das antigas cidades-estados gregas, que adotavam em combate a formação conhecida como “falange”, mais efetiva na guerra quando se estava em menor número. Assim, ao homenagear os hoplitas e o hoplon, destacamos a escolha por uma arma que representa a proteção, a defesa e a segurança frente ao combate e não uma arma de opugnação. Da mesma forma que essa arma configurava o combatente que a utilizava, a Hoplos nasce para se constituir como um novo espaço para a defesa do pensamento crítico e para a divulgação dos diversos e multifacetados debates que vem sendo travados no campo dos Estudos Estratégicos e de suas principais áreas correlatas, a Ciência Política e as Relações Internacionais.

Editor-Chefe

Vinícius Armele dos Santos Leal





SISTEMA EUROPEU E A PRIMEIRA GRANDE GUERRA: UMA RELEITURA DA MULTIPLICIDADE DE CAUSAS DO EVENTO QUE MOTIVOU A CRIAÇÃO DO CAMPO ACADÊMICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ariane Costa dos Santos

Bolsista da CAPES e
Mestranda em Relações
Internacionais pela UERJ,
na linha de pesquisa
Política Externa
Brasileira. Pós-graduada
no IBMEC (2015),
Bacharel em Relações
Internacionais pela UFF
(2014) e em Ciências
Sociais pela UFRJ (2011).
ariane1804@hotmail.com

Resumo: Tradicionalmente caracterizada como marco do despertar das nações em relação às graves consequências do conflito bélico interestatal, a Primeira Guerra Mundial é tida como um dos eventos históricos de maior influência na inauguração do campo acadêmico das relações internacionais. Diante da relevância histórica, política e social do período, o presente artigo tem por objetivo realizar uma releitura das principais obras que discorrem sobre aos fatores que levaram à Primeira Guerra, à luz da categorização das causas da guerra do teórico John Garnett e da leitura sociológica weberiana da multiplicidade de causas dos fenômenos sociais.

Palavras-chave: Primeira Guerra, sistema europeu, relações internacionais, multiplicidade de causas.

Abstract: Usually known as a milestone for a wake-up call to the risking consequences to the military interstate conflicts, the World War I is one of the most influential event to the emergence of the international relations academic field. In the face of the historical, political and social relevance of this period, this article aims to develop a broad analysis of the main works of the driving forces which led to the war. The analysis will be developed from the standpoint of John Garnett's causes of war theory and the weberian sociological understanding about the multiple causes of social phenomena.

Keywords: World War I, European System, International Relations, Multiple Causes.



Introdução

"Uma guerra para acabar com todas as guerras"
(WILSON, 1919)¹

O marco histórico da Primeira Guerra Mundial é de essencial importância para o estudo das Relações Internacionais, que, como disciplina acadêmica, nasce com a variável espaço-temporal muito bem definida. Na Europa do imediato pós-guerra, mais especificamente, no Reino Unido de 1919, é fundada a primeira cátedra universitária dedicada aos estudos das relações internacionais, na antiga Universidade de Gales. O acontecimento – de consequências tão drásticas no âmbito humanitário, tanto em dimensões numéricas, quanto geográficas – tornou-se marco histórico do surgimento de um campo do saber criado com o objetivo central da manutenção da paz e prevenção da guerra interestatal.

A Primeira Guerra consolidou a noção de que o Estado-nação, somado aos avanços tecnológicos, possui o potencial de formar uma perigosa “tecnologia da morte” (HOBSBAWM, 1987, p. 458), através da qual a violência é praticada sob a autoridade de um Estado soberano (BULL, 1977, p. 83). A partir de 1918, toma-se consciência de que o poder desses atores, ao reunir o monopólio da violência legítima, reúne um potencial destrutivo de projeção da violência contra os seus iguais, seja por objetivos de expansão do poder ou de manutenção do *status quo*.

Apesar da possibilidade de um conflito generalizado já ter sido prevista entre os governos pré-1914, a deflagração de uma guerra em proporções que levaram à “autodestruição” de todo um continente (WATSON, 1992, p. 373), foi inesperada (HOBSBAWM, 1987). O Congresso Mundial para a Paz e as Conferências de Paz de Haia já davam sinais da deterioração progressiva das relações interestatais (HOBSBAWM, 1987). Para tratar esse período e, em especial, as principais motivações que levaram à “guerra para acabar com todas as guerras” (WILSON, 1919), é possível elencar um conjunto de análises tradicionais para uma melhor compreensão desse contexto.

Tomando por base a categorização de John Garnett em “the Causes of War and the Conditions of Peace” (2002), este artigo buscará elencar as principais causas da Primeira Guerra Mundial a partir da análise das perspectivas de George Kennan (1947), Arno Mayer (1981), Eric Hobsbawm (1987), Paul Kennedy (1988), Adam Watson (1992) e Henry

¹ Slogan utilizado por Woodrow Wilson, Presidente dos Estados Unidos da América entre 1913 e 1921, em referência à Primeira Guerra Mundial.

Kissinger (1994). Dessa forma, à luz da ótica weberiana da multiplicidade de causas, estes escritos tomarão a guerra como um fenômeno social, uma vez que presente nas mais diversas sociedades no tempo e no espaço, para buscar as causas imediatas, subjacentes, eficientes, permissivas, necessárias e suficientes (GARNETT, 2002) para a ocorrência da Primeira Grande Guerra.

John Garnett e a Multiplicidade de Causas da Guerra

"Fazer a Guerra é de longe mais fácil do que fazer a Paz."
(CLEMENCEAU, 1929)

Em “*The Causes of War and the Conditions of Peace*”, John Garnett (2002) explora diversas vertentes da literatura de relações internacionais com o fim de identificar os principais fatores que levam Estados a guerrear entre si, agrupando-os em categorias específicas segundo sua natureza. O estudo de Garnett abrange desde causas associadas à estrutura do sistema internacional até fatores calcados na natureza e comportamento humanos. Deve-se notar que as categorias formuladas por Garnett não são mutuamente excludentes, elas dialogam e interagem entre si, de forma que um fator causal pode se enquadrar em diferentes categorias – as quais, em última instância, servem de parâmetro para prescrever diferentes tipos de recomendações e requerimentos para a paz.

Uma das distinções feitas por Garnett (2002) é entre *causas imediatas e subjacentes*: As primeiras seriam aquelas associadas a eventos triviais, mesmo acidentais, que frequentemente constituem o estopim de guerras - embora individualmente sejam incapazes de explicá-la - como o assassinato do Arquiduque Franz Ferdinand em 1914, constituindo-se em marco histórico para o acionamento das alianças interestatais e o início da Primeira Guerra Mundial. Tais eventos são considerados “um entre múltiplos cursos de ação possíveis” (GARNETT, 2002, p. 24) para iniciar uma guerra, delineada por outros fatores. Já as causas subjacentes referem-se a circunstâncias estruturais do sistema que tornam um conflito provável ou iminente. No contexto da Primeira Guerra Mundial, exemplos seriam um sistema rígido de alianças hostis ou, partindo da leitura realista de Paul Kennedy (1988), a própria condição de dilema de segurança gerada com a mudança no equilíbrio de poder. Essa categoria minimiza a influência da ação individual de *policy makers*, que seriam reféns de fatores sistêmicos. No entanto, ainda sob a ótica realista, Kissinger (1994) valoriza, exatamente, a importância das autoridades políticas e militares vigentes, assim como as suas decisões, em especial, a dos líderes germânicos pós-Bismarck.

Outra distinção feita por Garnnet refere-se às *causas eficientes* e *causas permissivas*. Enquanto as primeiras estariam associadas a motivos ou interesses particulares de determinado Estado para entrar em guerra com outro – aquisição de território e recursos, por exemplo – causas permissivas seriam aquelas as quais, apesar de não promoverem ativamente a guerra, permitem que ela ocorra. O exemplo mais reconhecido diz respeito à anarquia do sistema internacional e ausência de uma autoridade supranacional equivalente a de Estados soberanos, extensivamente apontada por Kenneth Waltz (1979), entre outros, como geradora de insegurança internacional.

Garnnet também identifica causas calcadas no nível individual, citando psicólogos para distinguir entre *causas instintivas* e *adquiridas*. As primeiras estão associadas a argumentos sobre a natureza humana e sua predisposição à agressão e violência, substanciadas por estudos de Freud e Konrad Lorenz, que indicam a tendência humana de “temer ações desconhecidas e solucionar conflitos pela agressão”. Já *causas adquiridas*, também associadas ao comportamento humano, seriam resultado não de predisposições instintivas, mas de uma programação social relacionada à ‘frustração’: comportamentos agressivos seriam resultado do fracasso em atingir determinados objetivos. No entanto, estas serão de menor importância neste artigo.

Finalmente, Garnnett distingue entre *causas necessárias* e *suficientes*: Enquanto as primeiras dizem respeito a fatores fundamentais de forma empírica para a ocorrência de guerras – como armamentos, organização em coletividades, etc. – causas suficientes seriam aquelas que garantem a ocorrência do conflito e os tornam inevitáveis, como o “ódio entre dois Estados que não toleram a existência independente um do outro”.

Objetiva-se aqui, portanto, promover uma breve revisão bibliográfica a partir de autores clássicos que analisam o evento histórico que enterrou o acordo de cavalheiros do Tratado de Viena, à luz da categorização de John Garnett.

Contudo, Garnnett já reconhecia em seus escritos a presença de fatores causais que não se enquadram em nenhuma das suas categorias. Dessa forma, não é objetivo desses escritos esgotar a análise das variáveis causais da I Grande Guerra, mas contribuir com uma releitura dos clássicos, sob a ótica da categorização das causas do conflito.

Análises Marxistas sobre a Guerra: Mayer (1981) e Hobsbawm (1987)

Sob uma ótica economicista, Hobsbawm (1987) destaca a crise da década de 1870 como elemento acirrador do protecionismo e da busca por novos mercados consumidores, acelerando a corrida imperialista. Dessa forma, a partir de uma visão materialista-dialética, o historiador entende que o sistema econômico capitalista industrial e a sua contínua expansão levaram à corrida imperialista de grandes e médias potências motivadas pelo interesse de exploração de economias periféricas na busca de mercados consumidores e matérias-primas para sustentar a industrialização ascendente. Essa conjuntura somada às rivalidades econômicas entre Estados nacionais levou ao acirramento de tensões interestatais.

Assim como Arno Mayer (1981), Hobsbawm (1987) menciona a glorificação da guerra e do serviço militar na virada do século. No entanto, para este último, o acelerado crescimento econômico entre os atores envolvidos - em um período no qual a burguesia vem ascendendo como classe dominante no lugar da nobreza que perde espaço - foram os grandes motivadores da transição da paz à guerra. Como cenário de fundo, os sentimentos nacionalistas explicitados por Hobsbawm contribuem na forma de causa subjacente da guerra. Os nacionalismos eram consolidados a partir da educação infantil com a construção de símbolos nacionais e do serviço militar obrigatório, já instituído na maioria das potências europeias (HOBSBAWM, 1987).

O desencadeamento da união das massas por um ideal nacionalista, o antagonismo anglo-germânico, a rivalidade franco-germânica, a confecção de acordos interestatais com o surgimento das alianças temporárias tidas como permanentes e a expansão dos gastos militares - caracterizando uma corrida armamentista no final da década de 1880 tendo os governos como principais clientes da indústria bélica - são os principais fatores apontados com precisão por Hobsbawm (1987) ao indicar o aumento de tensões do período pré-1914.

O sistema europeu de Estados, em deterioração progressiva, caminhava para uma divisão em “dois blocos opostos de grandes nações” (HOBSBAWM, 1987), após a ascensão germânica. No entanto, para Hobsbawm (1987), as rivalidades interestatais não se intercambiavam, de modo que o Império austro-húngaro não tinha litígios com a França, assim como a Alemanha não os tinha com a Rússia. Dessa forma, as rivalidades pontuais e intermitentes faziam da guerra um instrumento evitável, não fosse a desestabilização do fluxo internacional, a lógica do planejamento militar conjunto e a integração da Grã-Bretanha ao bloco anti-germânico (HOBSBAWM, 1987).

Para Hobsbawm (1987), a ideia de que a guerra era a continuação da concorrência econômica por outros meios – como uma adaptação da famosa frase de Clausewitz – não é suficiente para explicar as origens da primeira Guerra Mundial, mas é, em linhas gerais, esclarecedora de suas causas subjacentes. A rivalidade entre as potências, antes restrita ao sistema europeu e regiões vizinhas, torna-se global (HOBBSAWM, 1987, p. 467).

Apesar da clara relação traçada entre imperialismo e desenvolvimento capitalista na explosão das rivalidades, os detentores dos meios de produção não detinham a consciência ou o desejo da eclosão de um conflito mundial, tampouco o enxergavam como benéfico para seus negócios (HOBBSAWM, 1987). Segundo Norman Angell, seria uma “grande ilusão” (ANGELL, 1912) acreditar que a guerra ainda era benéfica em um sistema de alta interdependência econômica e financeira. Contudo, não se pode deixar de reconhecer a existência de capitalistas belicosos e expansionistas, especialmente, aqueles ligados à indústria bélica.

O reconhecimento do *ethos* belicoso das classes dirigentes se dá com a análise de Arno Mayer (1981) sobre a força da tradição do Antigo Regime na manutenção de valores conservadores via uma burguesia em busca de prestígio. Na leitura de Mayer (1981), no deflagrar da Primeira Guerra, havia uma superestrutura ainda pré-industrial, baseada em “valores conservadores, antidemocráticos e hierárquicos” (MAYER, 1981, p. 267) das classes dominantes e dirigentes.

Mayer (1981) traz para os estudos da Grande Guerra, escritos de influência marxista com foco em uma visão classista, e na análise da superestrutura, vinculando um conservadorismo ressurgente e belicoso com as causas subjacentes do conflito. Com destaque ao âmbito cultural, Mayer (1981) analisa a força da tradição aristocrática no pensamento burguês da sociedade europeia pré-1914, em especial, nas seis grandes potências envolvidas na Grande Guerra (França, Reino Unido, Rússia, Alemanha, Áustria-Hungria, Itália). Somado a isso, a crise econômica na Europa (1873-1896) facilitou a disseminação de ideias de uma “burguesia nacional-conservadora” (MAYER, 1981, p. 268), protecionista, imperialista e armamentista, sufocando o *laissez-faire* e o mito da união dos povos via comércio mundial.

Apesar de não ter havido uma permanência da aristocracia como classe dominante, testemunhou-se uma incorporação de costumes aristocratas pela burguesia, especialmente os valores da aristocracia agrária. Mayer (1981) desconstrói a ideia de uma Europa crescentemente liberal, progressista e democrática. Segundo ele, a deflagração da Grande

Guerra é motivada pela influência da mentalidade do Antigo Regime na sociedade europeia, trazendo a manutenção de valores aristocráticos, tais como guerra e nacionalismos - símbolos de preservação do prestígio, travestidos na preocupação com a conservação de uma cultura “superior”. Nessa conjuntura, a vitória da guerra demonstraria não somente as melhores tropas, mas a nação superior.

No âmbito doméstico, essa mesma burguesia nacional-conservadora temeria o poder do povo e a conquista do sufrágio universal, em um cenário marcado pela organização de movimentos operários e a disseminação do ideário socialista. Com base em uma visão negativa das massas, vistas como incultas e perigosas, a possibilidade do sufrágio é vista com temor por uma burguesia feudalizada (MAYER, 1981). Segundo Mayer (1981), a democracia causava temor nas classes dirigentes pré-1914 – uma sociedade marcada pelo elitismo antidemocrático, a partir da difusão das ideias social-darwinistas e nietzschianas, formando forças contra as pressões por democratização social e política. Essas elites dirigentes, temerosas do povo e seus levantes, canalizam seus medos para as agressões externas contra outros Estados (MAYER, 1981), unificando a nação no plano doméstico a partir da criação de um inimigo externo comum, inflamando sentimentos nacionalistas que transcendem conflitos classistas. “Os conflitos internos de classe, status e poder deram à guerra externa impulsos absolutos e ideológicos” (MAYER, 1981, p. 295) em uma sociedade permeada pelas ideias de glorificação da “moral do guerreiro” (NIETZSCHE, 1887 apud MAYER, 1981), uma leitura própria da elite vigente.

Como resultado, a permanência da moral do Antigo Regime na elite burguesa europeia formou a causa subjacente para a deflagração da guerra e, ironicamente, essa mesma guerra gerou o ocaso do Antigo Regime e dos impérios na Europa. Outros autores, como Adam Watson (1992) diriam inclusive que a Grande Guerra teria gerado não somente o ocaso da “Era dos Impérios” (HOBSBAWM, 1987), mas também o fim de uma hegemonia de quase quinhentos anos de potências europeias.

A Sociedade de Estados e o Fim da Hegemonia Europeia

Teórico da Escola Inglesa, Adam Watson (1992) entende a Grande Guerra como um marco caracterizado pelo fim da hegemonia europeia no sistema internacional - uma hegemonia de quase quinhentos anos que resultou na expansão de regras e instituições de matrizes europeias por todo o Ocidente.

A partir de uma abordagem histórico-comparativa, Watson busca compreender o funcionamento de todo o sistema de Estados com foco exclusivo na sociedade internacional europeia, transbordando um eurocentrismo não somente desse autor, mas presente em grande parte da historiografia. O pensamento de Watson é nitidamente guiado pela visão jurídica do sistema de Estados, dessa forma, ele analisa o período pré-Primeira Guerra como um período marcado pela expansão do sistema de Estados europeus, em suas normas e práticas regulatórias.

Segundo o teórico, a Europa se expande ao longo dos séculos de maneira a tornar o seu sistema restrito de Estados em um sistema mundial a partir do século XIX². No plano econômico, os países europeus industrializados tinham vantagem sobre o restante do mundo, vendendo mais barato e em maior quantidade.

Somado a isso, com o desenvolvimento tecnológico e a expansão de teorias evolucionistas, a sociedade europeia se auto-identificava como etnicamente e moralmente superior. Watson (1992) diagnostica o imperialismo cultural da Europa oitocentista como uma forma de dominação estratégica que cria as bases para a expansão do seu sistema de Estados. Os Estados eram admitidos como membros dessa sociedade desde que “adotassem suas regras e fossem capazes de atingir um nível aceitável de civilização” (WATSON, 1992, p. 380).

Sob essa visão teórica, a sociedade internacional europeia se caracterizou por “uma sucessão de hegemonias”, na qual os atores buscavam transformar todo o sistema pela expressão de sua autoridade frente aos demais, responsabilizando-se, muitas vezes, pela criação de regras e convenções, pelas quais a sociedade internacional é pautada. No entanto, como resultado da Primeira Guerra, teria havido a “destruição da sociedade europeia de Estados” (WATSON, 1992, p. 386), suscitando o surgimento de uma nova sociedade internacional, marcada pelo idealismo da Liga das Nações e o revanchismo do Tratado de Versalhes (WATSON, 1992). Dessa forma, o cenário de destruição da Europa, após duas guerras mundiais, somado à ascensão concomitante de novos atores com maior poder relativo no sistema internacional, acelerou o colapso europeu. (WATSON, 1992).

Para Watson (1992), as relações dos sistemas de Estados podem se dividir em quatro categorias ideais: independência, hegemonia, domínio e império, em que estão marcadas pela tensão entre a busca pela independência e ordem, contudo, a última limitaria a primeira. Dessa forma, um cenário de múltiplas independências motivaria os atores a buscarem alianças.

² No continente americano, a presença europeia se fazia a partir da exportação das instituições e demografia marcada por descendentes europeus, em sua maioria, fazendo parte da elite social, econômica e dirigente. Na Ásia e na África, a hegemonia coletiva do concerto europeu se dava de forma mais direta, a partir do neocolonialismo.

Portanto, a Entente (França, UK e Rússia) seria vista, nesse interim, como uma coalisão anti-hegemônica. Ao considerar que “onde se situam as independências múltiplas, quanto mais estreitamente os Estados soberanos estiverem envolvidos uns com os outros, menos se sentirão capazes de operar sozinhos”, (WATSON, 1992) Watson elucida conceitualmente a coalisão anti-hegemônica.

Ao limitarem suas ações em nome de paz e prosperidade, os Estados perdem autonomia e, posteriormente, independência. A ordem tende a ser interpretada como geradora de opressões quando imposta, potencialmente, ou, de fato, por um poder hegemônico. A opressão ocorre no caso das autoridades imperiais que exercem domínio sobre outros Estados ao determinarem assuntos da ordem dos governos internos, ainda que lhes atribuam independência formal (WATSON, 1992).

A teoria de Watson se opõe à teoria realista, que enxerga o sistema internacional em uma fase pré-social de natureza hobbesiana. A metodologia histórico-linear dada por ele vai de encontro à visão cíclica da teoria realista que afirma que o sistema se move pelos mesmos princípios desde a Guerra do Peloponeso até o sistema atual.

Análises Realistas sobre a Guerra: Kennedy (1988), Kissinger (1994) e Kennan (1994)

"Theory is always for someone and for some purpose"
(COX, Robert, 1981, p. 128)

Apesar das Relações Internacionais denotarem uma disciplina essencialmente cosmopolita, tomando por base o seu objeto de estudo, ela se desenvolveu como uma ciência social eminentemente anglo-saxônica (HOFFMANN, 1977) e parcial.

De uma vertente realista, o britânico Paul Kennedy (1988) examina a I Guerra com foco nos recursos militares e industriais disponíveis comparativamente entre as grandes potências. Kennedy (1988) destaca em seu livro os fatores que caracterizam uma grande potência: 1) capacidade de mobilização de recursos – econômicos e militares (variáveis estratégicas); 2) fatores geopolíticos (variáveis naturais); 3) decisões diplomáticas e políticas de coalisão (variáveis políticas), e.g., a capacidade estratégica do país de formar alianças – âmbito externo – e de imprimir sentimento nacionalista na população – âmbito interno. É necessário destacar, no entanto, a importância das variáveis estratégicas. Para o autor, havia dois poderes-âncoras que determinavam a capacidade de uma nação como potência: o poder econômico e o poder militar, ambos complementares e fortemente determinados pelo potencial tecnológico do Estado.

Aplicando a sua caracterização à realidade pré-1914, Kennedy (1988) destaca o surgimento de novos poderes no sistema internacional: Alemanha, EUA, Japão e Itália – esta última, com menor intensidade, pois era considerada um membro marginal do sistema das grandes potências (KENNEDY, 1988, p. 206) devido às suas restrições demográficas, territoriais e econômicas. Em termos de equilíbrio de poder, a ascensão da Alemanha resultou em um impacto muito maior, pois alterou a posição relativa de todas as grandes potências do sistema europeu.

Segundo Kennedy (1988), a Conferência de Berlin (1884/85) correspondeu, simbolicamente, ao ápice do predomínio europeu no cenário global, na qual os poderes centrais eram Grã-Bretanha, França e Alemanha (KENNEDY, 1988). Esse cenário marcado pela Europa como centro do mundo nas décadas anteriores à Primeira Guerra, não torna previsível a ruína com a qual o continente se depararia após o conflito. Para ele, a I Guerra Mundial marca o início de um novo cenário internacional marcado pela crise das “potências médias” europeias e pela bipolaridade pós-1945.

Dessa forma, a tese central de Kennedy (1988) reside na ideia de que momentos de mudança de hegemonia no sistema internacional – diagnosticada anteriormente por Watson, como característica natural da sociedade de Estados – provoca um desequilíbrio de poder e a tendência ao conflito. Em outras palavras, a causa eficiente da I Guerra Mundial está centralizada na ascensão de novas potências, especialmente, a Alemanha, e a queda relativa de potências que desejavam manter o seu status quo de dominação global, como o Reino Unido. Kennedy (1998) inclusive compara a I Guerra Mundial à Guerra do Peloponeso, sobre a qual Tucídides se debruça para diagnosticar que a eclosão do conflito se deveu a uma questão de mudanças na balança de poder com o crescimento do poder ateniense e o consequente dilema de segurança que isso gerou em Esparta.

Dando continuidade a análises realistas, Kissinger (1994) destaca a centralidade da atuação dos líderes políticos e do dilema de segurança no desencadeamento do conflito, explicitando que a preocupação com a segurança levou a um círculo vicioso de corrida armamentista, causa necessária para a deflagração da guerra. Segundo o autor, a insegurança germânica originou um forte investimento em Defesa que, por sua vez, acabou levando ao receio de seus vizinhos e encadeando um estado pré-guerra (KISSINGER, 1994). Somado a isso, para Kissinger (1994), os líderes europeus criaram uma máquina do juízo final sem se dar conta das possíveis consequências, dando origem às causas necessárias para a eclosão da guerra:

Oscilando com as emoções do momento e sofrendo de uma extraordinária falta de sensibilidade pelo psiquismo estrangeiro, os líderes alemães, após Bismarck, combinaram truculência com hesitação, atirando seu país primeiro para o isolamento, em seguida para a guerra. (KISSINGER, 1944, p. 170)

No nível do indivíduo, Garnett destaca a *misperception* como causa em potencial de conflitos, como argumentado por Robert Jervis, entre outros, tomadores de decisão frequentemente avaliam mal as intenções e capacidades de inimigos e julgam mal os riscos e consequência da guerra.

Para o também teórico realista George Kennan (1947), a Primeira Guerra Mundial é uma guerra europeia com razões e motivações europeias, mas com consequências diretas para os Estados Unidos. Kennan (1947) desenvolve, ao longo de seus escritos, uma heroicização de Woodrow Wilson e dos valores norte-americanos e expõe a falta de sentido da primeira guerra mundial, como se lhe faltassem princípios pelos quais lutar. Segundo o teórico estadunidense, a guerra deixa a Europa vulnerável ao poderio soviético (KENNAN, 1947, p. 73), considerando o continente europeu um espaço perigoso devido à vulnerabilidade do pós-guerra e à proximidade geográfica com a União Soviética. Na sua visão de estrategista norte-americano, Kennan (1947) defende a importância da estabilidade europeia para os Estados Unidos, especialmente, para fins de contenção do poder soviético. Segundo ele, o maior perigo representado pela URSS se refere ao caráter intrinsecamente expansionista da ideologia comunista, que, por sua vez, representaria um perigo para a hegemonia estadunidense.

A prática norte-americana de guerra segue travestida de um discurso legitimador com a defesa de determinados princípios - Guerra de Secessão: combate à escravidão, II Guerra Mundial: combate ao nazi-fascismo e assim por diante.

Nessa linha, o pensamento realista serviu como instrumento de racionalização da política externa norte-americana, via políticas de deterrência, acúmulo de poder e intervencionismo (HOFFMANN, 1977, p. 48), legitimando comportamento e ações do centro hegemônico dominante, a partir de uma teoria, em tese, neutra e imparcial, caracterizando-se como uma teoria de conservação do *status quo*. Suas implicações teóricas, marcadas pelo seu caráter ahistórico, posicionando a anarquia e a desigualdade de poder do sistema internacional como condições exógenas e imutáveis, atuam como instrumentos de conservação no âmbito prático e como variáveis de restrição analítica e epistemológica no âmbito teórico.

Considerações finais

Muito já se foi escrito sobre a I Guerra Mundial, em especial, as causas que levaram à sua origem. No entanto, o objetivo deste artigo se configura na releitura das motivações da origem da Primeira Guerra a partir de títulos tradicionais, considerando a ótica weberiana da multiplicidade de causas para os fenômenos sociais e entendendo o desencadeamento da Primeira Guerra em sua conjuntura de fatores - econômico, político, cultural e sociológico. Para Weber, o entendimento das relações humanas deve se dar sem buscar a formulação sistemática de leis ou estabelecer causas únicas como determinantes dos fenômenos.

Estes escritos tiveram por fim repensar um evento marcante nas relações internacionais, em sua realidade prática e em sua consolidação como campo acadêmico, além de destacar o principal objetivo do amplo entendimento de suas causas a partir de diversas releituras: desenvolver mecanismos de se evitar a violência interestatal. Para isso, é essencial compreender as suas variáveis causais. Facilitando a análise, Garnett (2002) forneceu os instrumentos necessários para estudar as causas gerais de ocorrência da guerra.

Aplicando-os ao contexto da I Guerra Mundial é possível destacar: 1) causa imediata – assassinato do Arquiduque Franz Ferdinand; 2) causa(s) subjacente(s) – passagem de um concerto elástico europeu (Conselho de Viena) para um confronto rígido entre duas coalisões (WATSON, 1992, p. 378) com acordos de assistência recíproca no âmbito das tríplexes alianças e ausência de memória recente de guerra entre as grandes potências; 3) causa(s) eficiente(s) – expansionismo alemão e colonialismo ultramarino; 4) causa permissiva – anarquia do sistema internacional; 5) causa instintiva – queda do líder cauteloso Bismarck; 6) causa adquirida – revanchismos nacionalistas; 7) causa necessária – corrida armamentista. A causa suficiente, no entanto, não se aplica ao objeto estudado, uma vez que o presente texto buscou demonstrar a ausência de uma causa única para a ocorrência da I Guerra.

Com a categorização das causas da guerra de John Garnett (2002), foi possível elencar uma série de variáveis para o entendimento da multiplicidade de causas que levaram à I Guerra Mundial, um conflito que moveu sentimentos nacionalistas, consolidou identidades nacionais e desintegrou impérios, reservando grande relevância nos estudos históricos, políticos e estratégicos. O debate teórico acerca das possibilidades de se evitar a guerra está longe de se esgotar e, se nesse embate, as teorias servem sempre a alguém ou a algum propósito, que ela ao menos traga as possibilidades de redução do conflito a partir de uma agenda crítica e propositiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CLEMENCEAU, Georges. **Discours de Paix**. Verdun, 20 jul. 1919. Discurso de Verdun em comemoração à vitória na 1ª Guerra Mundial.
- GARNETT, John. The Causes of War and the Conditions of Peace. In BAYLIS, John et al. **Strategy in the Contemporary World: an introduction to strategic studies**. Oxford: Oxford University Press, 2002, cap.1, p. 19-38.
- HOBSBAWM, Eric. Da Paz à Guerra. In: HOBSBAWM, Eric, **A Era dos Impérios**. [Trad.]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. Cap. 13, p. 417- 469.
- HOFFMAN, Stanley. An American S o c i a l S c i e n c e : International Relations. **Daedalus** 106 (3), 1977, p. 41-60.
- KENNAN, George. **Las Fuentes de la Conducta Soviética**. [Trad.]. Buenos Aires: GEL, 1991, p. 73-92.
- KENNEDY, Paul. The Coming of a Bipolar World and the Crisis of the “Middle Powers”: Part One, 1885-1918. In: KENNEDY, Paul, **The Rise and Fall of the Great Powers**. Londres: Unwin Hyman, 1988. Cap. 5, p. 191-266.
- KISSINGER, Henry. A Political Doomsday Machine: European Diplomacy Before the First World War. In: KISSINGER, Henry, **Diplomacy**. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1994. Cap. 7, p. 168-201.
- MAYER, Arno. A Força da Tradição. In: MAYER, Arno, A persistência do Antigo Regime. [Trad.]. São Paulo: Cia das Letras, 1987. Cap. 5, p. 267-318.
- WATSON, Adam. **A evolução da Sociedade Internacional: Uma Análise Histórica Comparativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. Cap. 22 e 23, p. 369-399.
- WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1992. v. 1-2.

Sobre a autora

Ariane Costa dos Santos é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ), bolsista da CAPES e integrante do Grupo de Pesquisa do CNPq sobre Política Externa Brasileira e América do Sul; Professora de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Cândido Mendes (2017.01) e Secretária Executiva do Jornal Informativo Infoneiba/ Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina. Especialista em Gestão de Negócios Internacionais (IBMEC-RJ). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (2014) e em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010). Bolsista de pesquisa do PIBIC/UFRJ (2009-2010) pelo departamento de Sociologia. Bolsista do Instituto Cervantes (2008) para o curso de Língua e História Contemporânea da Espanha, na Universidade de Salamanca. Integrante do Laboratório de Estudos do Tempo Presente no IFCS/UFRJ (2008-2010), Laboratório de Simulações e Cenários da Escola de Guerra Naval/EGN (2011-2012) e Laboratório de Política Externa Brasileira/UFF (2012/2013). Assessora da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova Iorque (2014). Assistente de Projetos do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (2015).





A ODISSEIA ESPACIAL INDIANA: INSPIRAÇÃO PARA O BRASIL?

**Kamilla Bussinger
Ribeiro Short**

Mestranda em Estudos
Estratégicos pelo Programa de
Pós-Graduação em Estudos
Estratégicos da Defesa e da
Segurança (PPGEST) no
Instituto de Estudos
Estratégicos (INEST) da
Universidade Federal
Fluminense (UFF), Niterói,
Brasil;
kamillabussinger@gmail.com

Pérsio Glória de Paula

Mestrando em Estudos
Estratégicos pelo Programa de
Pós-Graduação em Estudos
Estratégicos da Defesa e da
Segurança (PPGEST) no
Instituto de Estudos
Estratégicos (INEST) da
Universidade Federal
Fluminense (UFF), Niterói,
Brasil;
persio_gp@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo objetiva analisar o andamento do Programa Espacial Brasileiro e do Programa Espacial Indiano, promovendo uma breve explanação sobre a importância dos setores espaciais para a soberania e desenvolvimento dos Estados, em especial para os países emergentes. Serão expostos os objetivos e condições atuais do programa brasileiro, assim como seus desafios orçamentários, de planejamento a longo prazo e de comprometimento estratégico. Como Brasil e Índia possuem características e desafios domésticos similares, será apresentado o histórico de desenvolvimento do programa espacial indiano, seus objetivos e resultados como uma forma de exemplificar a capacidade de países em desenvolvimento de alcançarem sua autonomia tecnológica e operacional das atividades espaciais e dos setores dela dependentes.

Palavras-chave: Programa Espacial Brasileiro; Programa Espacial Indiano; Desenvolvimento; Estratégia Espacial.

ABSTRACT: This article aims to analyze the Brazilian Space Program and the Indian Space Program, providing a brief explanation of the importance of the space sectors for the sovereignty and development of States, especially for emerging countries. Exposing the current objectives and conditions of the Brazilian program, as well as its budgetary, planning and long-term challenges and strategic commitment. As Brazil and India possess similar characteristics and domestic challenges, the development history of the Indian space program, its objectives and results will be presented as a way of exemplifying the capacity of developing countries to achieve their technological and operational autonomy of space activities and their sectors dependents.

Key-words: Brazilian Space Program; Indian Space Program; Development; Space Strategy



Introdução

Desde a Guerra Fria, a corrida espacial é uma das forças motrizes principais para o processo de desenvolvimento tecnológico e melhoria de infraestruturas de variados setores, como telecomunicações, militar, meteorológico e como auxiliar no planejamento rodoviário, ferroviário e no estudo das mudanças climáticas. No Brasil, o programa espacial pode ser visto com desconfiança pela população, quando se trata da alocação de verbas e recursos, dada a prioridade de outras pautas sociais que possuem importância imediata na vida e no bem-estar dos cidadãos. Essa visão é um tanto quanto equivocada e perigosa. Perigosa, pois, a falta de verbas foi uma das causas apontadas para o incidente com VLS-1 em 2003 que tomou a vida de 21 técnicos e engenheiros do Centro Tecnológico Aeroespacial (CTA), um quinto da equipe responsável pelo projeto desenvolvido no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) (SILVA, 2012, p. 202). Equivocada, pois países em desenvolvimento muitas vezes necessitam de alavancagens tecnológicas para se modernizarem e superarem a situação de assimetria e subdesenvolvimento em relação aos desenvolvidos. O que também impacta diretamente na soberania, já que determinadas tecnologias são essenciais para as sociedades contemporâneas.

A própria Agência Espacial Brasileira (AEB) aponta tal relação entre tecnologia e soberania em:

A soberania e autonomia de um país estão proporcionalmente relacionadas à sua capacidade de desenvolvimento tecnológico. A tecnologia espacial é, sem dúvida, a de maior amplitude nesse cenário. O Brasil está assumindo definitivamente esse compromisso de soberania e autonomia plena, ao enfatizar, por meio do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), suas prioridades de integração da política espacial às demais políticas públicas em execução, fomentando a formação, captação e fixação de especialistas qualificados para dinamizar nossas atividades espaciais, reconhecendo o necessário domínio das tecnologias críticas e de acesso restrito, com participação da indústria, junto com a competência e o talento existente nas universidades e institutos de pesquisa nacionais. (AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, 2012, p. 3).

Entendendo a relação entre tecnologia e poder, as capacidades espaciais têm importância elevada no cálculo de poder do Estado (AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, 2012, p. 15). Isso se deve pela ampliação tecnológica proporcionada e requerida para a utilização e desenvolvimento de sistemas espaciais. Tais sistemas afetam diretamente as funcionalidades dos meios de informação e de defesa. Possuir tais capacidades é incremento substancial na soberania, na autonomia e no desenvolvimento. É compreensível a relutância

de Estados e segmentos da sociedade em embarcar recursos para programas espaciais, principalmente nos países em desenvolvimento, onde existem problemas sociais que poderiam ser sanados com os recursos destinados aos programas. O alto custo e a condição de investimento de longo prazo torna o desenvolvimento de sistemas espaciais um desafio, especialmente para aqueles que não possuem uma indústria espacial consolidada.

Apesar da crescente participação de empresas privadas na indústria, principalmente no mercado de satélites que apresenta lucratividade crescente (SIA, 2016, p. 13), o esforço inicial de desenvolvimento desse setor é, historicamente, uma tarefa estatal. A tecnologia espacial já provou ter benefícios que compensam e superam seus enormes custos. O transbordamento e integração dos sistemas espaciais para diversas áreas permite a expansão em larga escala do acesso e transmissão de informações em nível global. O desenvolvimento das tecnologias espaciais provou ser um dos pilares da revolução técnico-científica que viabilizou a globalização, ao aumentar as velocidades e “encurtar” as distâncias das dinâmicas político-sociais e econômicas dos mercados e meios de comunicação das diversas regiões do planeta.

Tal é a importância desse tipo de tecnologia, que uma gama de serviços e aparelhos vitais para o funcionamento cotidiano de Estados, instituições, Forças Armadas e até a sociedade civil dependem intrinsecamente de sistemas espaciais. Esse tipo de atividade influi diretamente no poder dos Estados, cada vez mais considerado pelas capacidades políticas, econômicas, psicossociais, militares e científico-tecnológicas (OTTERO, 2016, p. 14).

Desafios Brasileiros

As tecnologias de comunicação à distância como redes de celular, acesso à internet, transmissões de sinais digitais de televisão e rádio, são um exemplo notável da dependência atual das sociedades da Era da Informação (CASTELLS, 2009, p. 371) no desempenho de satélites. Outros usos importantes para fins econômicos e sociais, como o monitoramento climático e meteorológico, monitoramento em tempo real da superfície e a capacidade de se obter imagens de alta resolução de praticamente qualquer lugar do planeta a qualquer instante, tem impacto significativo na vida de indivíduos e empresas, por exemplo afetando a programação de viagens, expectativa de safra e colheita para o agronegócio, controle das mudanças climáticas. Os sistemas de navegação global por satélites (GNSS), como o GPS estadunidense, o GLONASS russo ou o Galileo europeu, são exemplos de ferramentas que melhoraram drasticamente a dinâmica de controle, monitoramento e navegação para navios,

aeronaves e veículos terrestres, tendo também uma ampla aplicação militar, permitindo o aumento da precisão nas operações.

Atualmente, parte considerável da comunicação digital é realizada através de sistemas espaciais (SIA, 2016, p. 8). Bolsas de valores ao redor do mundo operam suas ações e estoques à distância, dependentes do acesso à informação das mais variadas partes do planeta. Não ter acesso a esses sistemas significa não estar conectado à rede de informações globais e impedido de realizar as diversas atividades rotineiras da Era da Informação, o que seria um duro golpe na performance da dinâmica econômica e social de um país.

Assim, países que não possuem meios e capacidades para desenvolver e utilizar sistemas de satélite nativos são obrigados a utilizar os sistemas de outros países, acarretando dependência parcial ou completa e pagando um preço alto por eles, como no caso brasileiro, que dependia de satélites estrangeiros para realizar comunicações e prover acesso à internet em regiões remotas do país (OTTERO, 2016, p. 16).

O Brasil foi o quarto país a criar um programa espacial, juntamente com a União Soviética, os Estados Unidos e a França. Atualmente, a situação brasileira é desconfortável, tanto em termos tecnológicos, quanto em soberania. Além de possuir um número pequeno de satélites ativos, depende de serviços de outros países para colocar novos satélites em órbita, já que ainda não possui um veículo lançador de satélite próprio. Somado a isso há a questão das operações em terra, pois ainda precisa construir infraestruturas terrestres capazes de operar lançamentos (OTTERO, 2016, p. 16).

Apesar de estar situado em uma posição geograficamente vantajosa para lançamento de veículos espaciais e de ter um porte econômico expressivo, onde há demanda por sistemas desse porte, o país ainda se encontra atrasado no setor. Para mudar essa situação, o Estado brasileiro tratou de inserir o desenvolvimento do tema tanto na Estratégia Nacional de Defesa (END), quanto nos programas de desenvolvimento do país, como o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), lançando as diretrizes estratégicas brasileiras para o desenvolvimento de uma indústria espacial nacional. O objetivo é fomentar as capacidades espaciais brasileiras ao criar infraestrutura terrestre para lançamento e controle de missões e satélites, desenvolver a tecnologia e fabricar veículos lançadores e satélites em empresas nacionais (Agência Espacial Brasileira, 2012, p. 18).

O lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), em 2017, que será operado pela Telebrás e desenvolvido em uma parceria com a

empresa francesa *Thales Alenia Space* e a *joint venture* brasileira, *Visiona*¹. O SGDC permitirá ao Brasil operar e realizar as próprias comunicações governamentais e prover acesso para regiões remotas. O SGDC é um passo importante para a soberania brasileira no espaço e um exemplo de seus usos em prol do desenvolvimento do país.

Não desenvolver tais capacidades significa se manter na retaguarda do desenvolvimento e da integração global, já que muitas das atividades necessárias para a dinamização e avanço tecnológico, econômico e social são dependentes das atividades espaciais. Além da dependência em atores externos, o país deixa de desenvolver o segmento econômico que promove ganhos substanciais em infraestrutura, indústria e tecnologia, necessários para suportar as atividades espaciais. Esse segmento tem impacto para inovação, aumento da produtividade e é lucrativo, mesmos para aqueles que se dedicam a realizar somente parte das atividades, como somente o lançamento dos veículos ou somente a construção de satélites. As receitas da indústria espacial global giram em torno de US\$ 340 bilhões. Desse valor, cerca de US\$ 210 bilhões são somente da indústria de satélites, que inclui operações de solo, serviços de satélites e lançamento (SIA, 2016, p. 7).

Até mesmo para Estados excluídos do processo de integração da economia e dos meios de informação e comunicação impostos pela globalização e mundialização (DREYFUSS, 2001), dificilmente abdicarão, de forma racional e voluntária, do desenvolvimento de tecnologias e atividades espaciais, dada as suas aplicações, em âmbito militar, na defesa e na segurança. As atividades e sistemas espaciais têm cada vez mais peso nas operações militares, influenciando diretamente no poder coercitivo estatal. É nessa perspectiva que a END aponta o setor espacial, junto com o cibernético e o nuclear, como um setor estratégico (BRASIL, 2012, p. 48). Nela são apontadas as seguintes prioridades:

- (a) Projetar e fabricar veículos lançadores de satélites e desenvolver tecnologias de guiamento, sobretudo sistemas inerciais e tecnologias de propulsão líquida;
- (b) Projetar e fabricar satélites, sobretudo os geoestacionários, para telecomunicações e sensoriamento remoto de alta resolução, multiespectral, e desenvolver tecnologias de controle de atitude dos satélites;
- (c) Desenvolver tecnologias de comunicações, comando e controle a partir de satélites, com as forças terrestres, aéreas e marítimas, inclusive submarinas, para que elas se capacitem a operar em rede e a se orientar por informações deles recebidas; e
- (d) Desenvolver tecnologia de determinação de posicionamento geográfico a partir de satélites. (BRASIL, 2012, p. 48)

¹ A *Visiona* é um *joint venture* entre Telebrás e Embraer elaborada no âmbito do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) para atender aos objetivos e às diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE) e da Estratégia Nacional de Defesa (END)

Nessa ótica, a autonomia espacial brasileira seria possuir meios de produzir, lançar e operar satélites para os diferentes propósitos estratégicos brasileiros, que são essenciais para diversas atividades da segurança do país como o monitoramento de fronteiras, encabeçado pelo programa do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), o controle e securitização do tráfego de informações sensíveis do governo, alcançado com SGDC, além de projetos científicos, econômicos e ambientais que tumultuam a agenda espacial brasileira.

Também é perceptível no programa brasileiro a tendência pela cooperação internacional para a obtenção de tecnologias e capacitação nacional, especialmente as de cunho civil (SILVA, 2012, p. 198). Ficam em evidencia alguns casos de sucesso na produção de satélites, como programa do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS), com a China, e o próprio SGDC, com a França (SILVA, 2012, p. 203). Contudo a construção de um VLS brasileiro, parte crucial da autonomia do sistema espacial, ainda não foi feita, tendo sido afetado drasticamente pela explosão de 2003 e pelo fim da cooperação com a Ucrânia para a construção do *Cyclone* (OTTERO, 2016, p. 57). Da mesma forma, as instalações terrestres da base de Alcântara ainda não foram plenamente desenvolvidas para sustentar uma indústria e um sistema espacial próprio.

Tabela 1 – Programação dos Investimentos (em milhões de Reais)

		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
MISSÕES ESPACIAIS		81,4	100,2	183,6	273,9	248,6	184,9	45,6	36,8	0,0	0,0	1154,8
Fase de Consolidação	Satélites da série CBERS	45,0	34,7	53,7	24,0	15,3	6,0	6,0	0,0	0,0	0,0	184,6
	Satélites da série Amazônia (1 e 1B)	35,9	52,3	54,1	45,0	38,5	26,0	0,0	0,0	0,0	0,0	251,9
Fase de Expansão	Satélite Amazônia 2	0,0	8,8	39,6	66,0	49,2	35,3	12,3	12,3	0,0	0,0	223,2
	Satélite Lattes	0,0	3,9	17,1	49,9	71,0	73,6	2,8	0,0	0,0	0,0	218,2
	Satélite SABIA-Mar	0,5	0,5	19,1	89,0	74,7	44,1	24,5	24,5	0,0	0,0	276,9
ACESSO AO ESPAÇO		94,2	112,4	179,6	206,7	252,2	294,2	180,2	139,2	110,2	9,2	1578,1
Fase de Consolidação	Foguetes Suborbitais	19,2	19,2	30,2	9,2	20,2	9,2	20,2	9,2	20,2	9,2	166,0
	Veículo Lançador VLS-1	62,5	45,7	35,4	11,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	155,1
	Veículo Lançador VLM-1	10,0	25,0	25,0	20,0	20,0	15,0	0,0	0,0	0,0	0,0	115,0
Fase de Expansão	Veículo Lançador VLS Alfa	2,0	19,0	33,0	98,0	130,0	120,0	40,0	0,0	0,0	0,0	442,0
	Veículo Lançador VLS Beta	0,5	3,5	56,0	68,0	82,0	150,0	120,0	130,0	90,0	0,0	700,0
INFRAESTRUTURA		156,9	339,3	319,9	150,0	181,0	211,0	158,0	141,0	122,0	123,0	1902,1
Infraestrutura e Operação das Missões Espaciais		17,2	31,0	60,0	60,0	61,0	61,0	38,0	41,0	42,0	43,0	454,2
Infraestrutura de Acesso ao Espaço		24,7	28,3	30,0	50,0	80,0	110,0	80,0	60,0	40,0	40,0	543,0
Infraestrutura Específica da Alcântara Cyclone Space		15,6	206,7	127,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	349,6
Infraestrutura Geral do Centro de Lançamento de Alcântara		99,4	73,3	102,6	40,0	40,0	40,0	40,0	40,0	40,0	40,0	555,3
TECNOLOGIAS CRÍTICAS E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS		36,0	70,8	87,1	132,9	141,1	147,0	142,2	131,0	113,4	113,5	1114,9
Tecnologias Críticas		22,5	47,5	52,5	57,5	62,5	67,5	72,5	77,5	82,5	87,5	630,5
Satélites de Pequeno Porte		5,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	95,0
Missões Científicas e Tecnológicas		0,3	0,3	9,6	50,4	53,6	54,5	44,7	28,5	5,9	1,0	248,5
Pesquisa em Ciência e Clima Espacial		5,2	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	95,0
Desenvolvimento de Competências		3,0	3,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	46,0
TOTAL		368,5	622,6	770,2	763,5	822,9	837,1	525,9	447,9	345,6	245,7	5749,8
PROJETOS EM PARCERIA (Recursos de outras fontes)		186,0	452,4	676,0	266,3	341,9	431,2	451,0	481,5	57,5	0,0	3343,8
Fase de Consolidação	Alcântara Cyclone Space (MCTI)	130,0	164,9	164,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	459,8
	Satélite SGDC-1 (Telebras/MD)	56,0	250,0	410,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	716,0
	Satélite de Coleta de Dados (ANA)	0,0	30,0	60,0	40,0	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	150,0
Fase de Expansão	Satélite GEOMET-1	0,0	1,0	3,0	150,0	200,0	250,0	100,0	0,0	0,0	0,0	704,0
	Satélite SGDC-2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	56,0	250,0	410,0	0,0	0,0	716,0
	Satélite Radar	0,0	6,5	38,1	76,3	121,9	125,2	101,0	71,5	57,5	0,0	598,0
TOTAL COM PROJETOS EM PARCERIA		554,5	1075,0	1446,2	1029,8	1164,8	1268,3	976,9	929,4	403,1	245,7	9093,6

Fonte: Agência Espacial Brasileira.

Com essa necessidade expressiva do acesso a sistemas espaciais por parte do governo, das forças armadas e dos setores privados, a Agência Espacial Brasileira (2012, p. 16) estipulou a necessidade da ampliação dos investimentos na área em um primeiro momento, visando concluir os projetos iniciais que serviriam de base tecnológica e de infraestrutura para o nascimento da indústria no país. Esses projetos, por sua natureza e magnitude tendem a ter um custo elevado, mas, boa parte desse investimento é quitado assim que o projeto é concluído. Os investimentos têm expectativa de totalizar cerca R\$ 9 bilhões, com os projetos em parcerias inclusos, ao longo de 09 anos (AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, 2012, p. 16).

Brasil e Índia: Parâmetros Comparativos?

O comprometimento com a alocação de recursos é um dos maiores empecilhos para o Brasil atualmente, dada a crise econômica que assola o país. Apesar do custo total ser razoável, a incapacidade de alocar recursos nos estágios iniciais acarreta no prolongamento do desenvolvimento de tecnologias críticas, de acesso ao espaço e infraestrutura, as fases mais custosas do programa no longo prazo. Isso causa, além da dependência estrangeira para parte das atividades espaciais, de telecomunicações e até de defesa, o não-desenvolvimento de tecnologias nativas. Com esses problemas orçamentários e estratégicos brasileiros, o programa espacial indiano serve como um estudo de caso que pode prover respostas para os desafios brasileiros.

Em 1948 a República da Índia e a República Federativa do Brasil começaram suas relações diplomáticas. Nesse quase septuagenário relacionamento, nunca houve um rompimento ou crise severa. Pelo contrário, tanto Índia como o Brasil, seja no âmbito da OMC e outros fóruns multilaterais ou em âmbito bilateral, negociam as melhores resoluções comerciais pelas vias diplomáticas. Dessa forma os dois países estreitaram suas pautas políticas, como exposto pelo ex-ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, na cidade de Nova York durante as comemorações dos 60 anos da independência indiana: “Nossos dois países estão forjando uma sólida aliança. Nosso entendimento é de âmbito amplo, enraizado em valores compartilhados e inspirado por pontos de vista semelhantes sobre assuntos internacionais” (AMORIM, 2007, não paginado)². Constantemente somam forças a demais

² Discurso completo disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/10440-discurso-do-ministro-celso-amorim-por-ocasioo->

países frente às potências primeiro mundistas além de cooperarem em questões ambientais e na expansão do Conselho de Segurança da ONU.

Normalmente, estas duas potências regionais agem baseadas no direito internacional e vão a fóruns multilaterais barganhar seus interesses através do diálogo e com alianças formadas, uma vez que possuem consciência de que em conjunto são mais fortes e capazes de afetar, de modo mais assertivo, o Sistema Internacional. Brasil e Índia são democracias continentais com sociedades complexas e grandes economias de rápido crescimento, e partilham de alguns desafios domésticos em comum como apontado por Amorim: “São países que têm também problemas sociais, mas que estão dispostos a enfrentá-los; e são países que têm também visões muito semelhantes em muitos temas multilaterais, e, quando não em absolutamente todos, a perspectiva que nós temos é, sem dúvida alguma, muito semelhante” (AMORIM, 2007, não paginado)³. Ambos países fazem parte do grupo econômico BRICS e do Fórum de Diálogo Trilateral IBAS. Também são ex-colônias, possuem altos índices demográficos, grande extensão territorial e são consideradas potências emergentes. Segundo dados do World Bank em 2011⁴ 57,96% da população indiana vivia com US\$ 3,10 ao dia, enquanto no Brasil a mesma realidade se encaixa em 11,37% da população.

A Odisseia Indiana

Famosa por ostentar projetos espaciais mais econômicos que filmes hollywoodianos a Índia ocupa posição significativa no clube ICBM (grupo de países que possuem Mísseis Balísticos Intercontinentais) junto com Estados Unidos, Rússia, França, China e Grã-Bretanha desde que realizou testes bem-sucedidos com o míssil Agni-V em 2012 (CHOWDHURY, 2015, não paginado)⁵. Porém o caminho até esse marco foi longo e começou em 1960 incentivado pelo então primeiro ministro Jawaharlal Nehru (1889-1964), que governou a Índia de 1947 até a sua morte em 1964, e pelo cientista espacial Vikram Sarabhai (1919-1971) o qual ostenta o título de “pai do programa espacial indiano” (ISRO, 2016, não paginado) A

das-comemoracoes-dos-60-anos-da-independencia-da-india-nova-york-23-de-setembro-de-2007>. Último acesso em: 07 de agosto de 2017.

³ Discurso completo transcrito para a página do Itamaraty. Último acesso 20 de maio de 2017 Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/entrevista-conjunta-a-imprensa-dos-chanceleres-do-print-nota>

⁴ Dados disponíveis em: <http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.2DAY?end=2011&locations=1W-BR-IN&start=2011&view=bar> . Último acesso em: 12 de junho de 2017.

⁵ Texto original disponível em: < <http://thediplomat.com/2015/02/the-agni-v-and-indias-icbm-strategy/> > Último acesso em: 07 de agosto de 2017.

motivação do Dr. Sarabhai em convencer o governo de investir em um programa espacial mesmo com desafios internos de desenvolvimento foi o lançamento do SPUTNIK I pela União Soviética e a empregabilidade deste tipo de desenvolvimento tecnológico para auxiliar o crescimento indiano.

Há alguns que questionam a relevância das atividades espaciais em um país em desenvolvimento, para nós não há ambiguidade de propósito, não temos a fantasia de competir com as nações economicamente avançadas na exploração da Lua ou dos planetas ou tripulados voo espacial (...). Mas estamos convencidos de que se quisermos desempenhar um papel significativo a nível nacional e na comunidade das nações, devemos ser inigualáveis na aplicação de tecnologias avançadas aos verdadeiros problemas do homem e da sociedade (SARABHAI apud ISRO, 2016)⁶.

O discurso inicial do governo para justificar o investimento no setor foi então o desenvolvimento nacional e a utilização de satélites para levar informação a regiões remotas do país, principalmente de característica rural, onde através da televisão os agricultores teriam acesso a novas técnicas de plantio (SARTI, 2015, p. 13).

Sendo assim, em 16 de fevereiro de 1962 foi criado o Comitê Nacional Indiano para a Pesquisa Espacial (INCOSPAR), formado pelo Departamento de Energia Atômica, e também foi iniciado os trabalhos para o estabelecimento da Estação Equatorial de Lançamento de Foguetes de Thumba (TERLS). Em 21 de novembro de 1963 o país lançou o primeiro foguete de sondagem, apenas com um ano de programa ativo. Os foguetes eram classificados como de dois estágios e uma parte foi importada da Rússia (M-100) e a outra metade da França (*Centaure*). Enquanto o M-100 podia carregar uma carga útil de 70 kg a uma altitude de 85 km, o *Centaure* era capaz de atingir 150 km com uma carga útil de aproximadamente 30 kg, segundo informações disponibilizadas pelo governo indiano (ISRO, 2015, não paginado)⁷.

Em 01 de janeiro de 1967 o país conclui a instalação da Estação Terrestre de Telecomunicações via satélite em Ahmedabad e, ano após ano, avanços eram realizados pelo programa espacial indiano até a *Aryabhata*, um marco tecnológico. A nave espacial *Aryabhata*, batizada em homenagem ao famoso astrônomo e matemático indiano, foi o primeiro satélite completamente projetado e fabricado dentro da Índia e lançado por um foguete soviético, o Kosmos-3M da *Kapustin Yar* em 19 de abril de 1975, um ano após o início de seus testes nucleares. Nesse momento é notória a mudança de postura por parte do governo indiano no que tange suas aspirações com seu programa espacial.

⁶ Discurso original disponível em: <http://www.isro.gov.in/about-isro/dr-vikram-ambalal-sarabhai-1963-1971>
Último acesso em: 12 de junho de 2017.

⁷ Cronograma das missões indianas disponível originalmente: <http://www.isro.gov.in/missions-0> Último acesso em: 09 de agosto de 2017.

A Índia possui em seu psicológico as marcas do colonialismo o que causa ojeriza a qualquer intervenção externa em sua dinâmica política e corrobora para uma corrida tecnológica. O comportamento reativo a qualquer possível interferência externa pode ser notado na ideia que o país tem de si mesmo: “Nosso tamanho, nossa força potencial, nossas tradições e herança não nos autorizam tornarmos-nos um Estado subordinado” (NAYAR; PAUL, 2003, p. 217). Durante a Guerra Fria o país tentou se manter neutro e, em 1959, viveu os primeiros choques fronteiriços com a China, o que acarretaria em uma guerra, em outubro de 1962, e terminaria no mesmo ano com a vitória chinesa. Mesmo inserida em uma postura neutra não é possível ignorar o auxílio soviético com o programa espacial indiano, ora alternado com auxílios franceses e estadunidenses (MOLTZ, 2012 apud SARTI, 2015, p. 23).

Além disso, em 1965 a Índia tornou a vivenciar os horrores da guerra contra outro vizinho, o Paquistão (NANDY, 1972 apud STUENKEL, 2010, p. 539). O pivô de tanta tensão é a região da Caxemira. O local é palco de frequentes disputas entre hindus e muçulmanos, devido a maior parte da região pertencer a Índia e ser reclamada pelo Paquistão. O motivador desta disputa é a maioria de civis muçulmanos na Caxemira. A região é rica em minério e hoje ocupada por cerca de 500 mil soldados indianos (ESCOBAR, 1997, apud BUSSINGER, 2014, p. 49). Com a explosão nuclear chinesa em 1964, a Índia abandonou seu “idealismo pragmático” e deu início, com o aval do então primeiro-ministro Brahadur Shastre a uma corrida armamentista.

Com a adoção de uma postura voltada não somente para o desenvolvimento interno, mas principalmente, para garantir a defesa e uma maior projeção internacional o programa espacial indiano busca, a partir de 1980, construir foguetes mais potentes e organizar melhor seus orçamentos e estratégias. Também neste período o país sofre com sanções externas em resposta ao seu programa nuclear que, assim como o programa espacial avançava com esperado sucesso.

Os primeiros cinquenta anos de independência indiana revelam que a política e a restrição nucleares não geraram quaisquer dividendos mensuráveis, a não ser o ressentimento de que a Índia estaria sendo discriminada. O desarmamento parecia cada vez mais uma política irreal. Se a posse de armas nucleares por parte dos cinco permanentes aumenta a segurança, por que a posse de armas nucleares da Índia seria perigosa? Se os cinco permanentes continuam a empregar armas nucleares como uma moeda internacional de força e poder, por que deveria a Índia, voluntariamente, desvalorizar seu próprio poder de Estado e sua própria segurança nacional? Por que abominar a Índia pelo fato de não capitular diante de uma nova agenda internacional de não proliferação discriminatória, avançada em grande medida devido a agendas ou debates políticos internos ao clube nuclear? Se a *deterrence* funciona no ocidente, como é tão óbvio que ocorra, tendo em vista que as nações ocidentais insistem em manter a posse de armas nucleares, por que o mesmo raciocínio não

funcionaria na Índia? Potências nuclearmente armadas continuam a possuir, porém pregam aos que não possuem que possuam ainda menos. A Índia contraria isso, sugerindo ou um desarmamento universal, não discriminatório, ou uma segurança igual para o mundo inteiro (SINGH, 1998, p. 43).

Armamentos nucleares são parte central da estratégia de defesa indiana (LAGE; HERTZ, 2012, p. 10). A Índia era o único país de grande extensão territorial que não tinha um poder nuclear aliado que pudesse lhe prover um guarda-chuva de segurança nuclear, durante a Guerra Fria e formulação do Tratado de não Proliferação Nuclear. O programa indiano ganhou maturidade em 1998 e em 1999 atingiu seu auge, com o míssil Agni II. (FÍORI, 2007, p. 229). A maior preocupação internacional com a região é a ameaça de uma guerra nuclear. “Índia, Paquistão e China compõem um verdadeiro triângulo de Urânio enriquecido.” (ESCOBAR, 1997, p. 356).

Mesmo assim o país assinou o Protocolo Adicional da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em 2009. Infelizmente, enquanto Índia e Paquistão possuem arsenais semelhantes ao utilizado em 1945, na cidade japonesa de Hiroshima (ESCOBAR, 1997, p. 356), a tensão global sobre estes atores será grande. Em 2006 a Índia firmou o “Acordo Nuclear entre Estados Unidos e Índia”. As negociações começaram em 2005, quando a Secretária de Estado Condoleezza Rice elegeu a Índia “como uma relevante potência global que se tornava cada vez mais parceira norte-americana na estabilidade global” (PECEQUILO, 2013, p. 35). O acordo 123, como é conhecido, buscou cooperação entre os Estados Unidos e a Índia, a legalização do comércio nuclear e a entrada da Índia no *Nuclear Supplier Group*⁸ (PECEQUILO, 2013, p. 35).

Uma das cláusulas do Acordo 123 era a assinatura indiana do Protocolo Adicional, “embora os termos do contrato não tenham sido divulgados publicamente” (KUCHESFAHANI, 2011, p. 06). A Índia não pretende limitar o crescimento de seu arsenal nuclear e apenas precisou permitir a entrada dos inspetores em suas instalações nucleares civis e não nas instalações militares. Desde 2005, quatro dos seus dezessete reatores estão sujeitos às salvaguardas da AIEA (STUENKEL, 2010, p. 557).

A investida foi interpretada por muitos como uma tentativa dos Estados Unidos de encontrar um aliado para balancear com a China a Índia alcançou um êxito diplomático uma vez que obteve diversas concessões e pouco cedeu (CARTER, 2006, apud STUENKEL, 2010, p. 556). A vitória diplomática foi consequência do investimento indiano tanto em seu

⁸ Organismo internacional que visa controlar e proteger a exportação e transferência de tecnologia que pode desenvolver armas nucleares.

programa nuclear, quanto em seu programa espacial. Ambos os investimentos demonstram a prática da “dissuasão mínima”. O conceito deriva da concepção de Dissuasão Geral, que pode ser compreendido pela capacidade de um Estado impedir ações danosas apenas por seu “poder conhecido” (MOURA, 2014, p. 39). A dissuasão mínima no caso indiano é a busca da Índia em possuir capacidades de resposta imediata em possíveis conflitos com potências mais fortes ou iguais, impedindo assim uma superioridade absoluta pela parte adversária (MOURA, 2014, p. 191).

Em 2008 o programa espacial indiano vivenciou mais um êxito com a missão *Chandrayaan I* e permitiu que o mundo ampliasse a visão de “poder conhecido” indiano. Segundo a Organização Indiana de Pesquisa Espacial (ISRO) a missão consistia em uma sonda com cerca de 30 kg e objetivava coletar imagens da superfície lunar e verificar a presença de gelo (ISRO, 2008, não paginado). A missão contou com instrumentos fabricados pela Índia e outros países, incluindo Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha. O então presidente do programa espacial indiano, Madhavan Nair concedeu uma entrevista coletiva à imprensa onde comemorou a primeira fase da *Chandrayann I*: "Nós conseguimos colocar a nossa bandeira na superfície lunar com sucesso" (BBC, 2008, não paginado)⁹. Porém, não só de comemorações tratou a coletiva, nesta ocasião Nair anunciava as intenções indianas com a missão que seria o marco de maior repercussão midiática no que tange o programa espacial da Índia: O satélite *Mangalyaan*.

A missão apelidada por “MOM” consistiu na primeira empreitada indiana no espaço interplanetário, objetivava observar as características da superfície de Marte, a morfologia, a mineralogia e a atmosfera planetária. Além disso, ocorreu uma busca específica por gás metano na atmosfera marciana a fim de fornecer informações sobre a possibilidade de ter existido vida no planeta (ISRO, 2014, não paginado). A palavra que batizou o satélite, *Mangalyaan*, significa "artesanato marciano" em hindu e decolou da ilha de Shriharikota, ao largo da costa leste da Índia (O GLOBO, 2014, não paginado)¹⁰.

Além de ser o primeiro país asiático a conseguir realizar este projeto, a Índia se destacou internacionalmente pelo investimento aplicado na missão considerado baixo em comparação com o padrão ocidental, por exemplo. A missão foi orçada em 4,5 bilhões de rúpias (cerca de US\$ 74 milhões, ou R\$ 178 milhões), valor menor que o empregado no filme

⁹ Texto original disponível em:

< http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/11/081114_indialua_mp.shtml> Último acesso em: 11 de Junho de 2017.

¹⁰ Texto original disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/satelite-da-india-entra-na-orbita-de-marte-14030049>> Último acesso em: 11 de Junho de 2017.

de ficção de Hollywood Gravidade, como brincou o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi em junho de 2014 alegando que 'a aventura na vida real' da Índia custava menos do que o filme orçado em US\$ 100 milhões (AMOS, 2014, não paginado)¹¹.

Para finalizar a cronologia do programa espacial indiano, agora em conformidade com seu programa nuclear, em 19 de abril de 2012, às 08h05min, o míssil Agni V foi testado com sucesso. O míssil balístico intercontinental Agni-V (ICBM), com capacidade nuclear, possui 17 metros de comprimento e pesa cerca de 50 toneladas. Sua capacidade o leva a poder atingir o norte da China e sua faixa de ataque é de aproximadamente 5.000 km (PANDIT, 2016, não paginado). A empreitada colocou a Índia no mesmo nível geoestratégico das grandes potências estabelecidas. O que foi, desde o começo de seu programa nuclear e grande parte de seu programa espacial, o objetivo final.

Considerações Finais

Nessa perspectiva, a Índia mostrou-se capaz de administrar de forma organizada seus orçamentos para alcançar projetos de médio e longo prazo que reforçariam seu posicionamento geoestratégico e inserção internacional. Atualmente, o país conta com cerca de 104 satélites lançados e novos projetos espaciais em andamento. Tais resultados mostram a capacidade indiana de manter esforços para superar assimetrias tecnológicas em relação aos países centrais, afetando diretamente seu posicionamento no cenário internacional, o que permitiu a sua ascensão ao grupo seletivo de países que promovem intercâmbio tecnológico entre si e que contribuem para a manutenção da oligarquia nuclear vigente, como por exemplo o *Nuclear Supplier Group*. Condição, inclusive, que contradiz a postura contestadora que o país adota frente a mesma oligarquia em relação ao cerceamento tecnológico legitimado por tratados como o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e reforça sua ambição de alcançar autonomia tecnológica e diplomática diante do Sistema Internacional.

O Brasil não comunga da visão indiana no que concerne a importância desse tipo de tecnologia para o posicionamento geoestratégico do país. Essa postura dificulta o comprometimento de longo prazo com os investimentos no setor espacial, o que implica não só no atraso tecnológico, mas também em perdas econômicas e na diminuição da soberania, já que boa parte das atividades espaciais é vital para o funcionamento de setores públicos e privados do país. Nesse sentido, seria possível para o Brasil observar o programa indiano, não só pela ótica da otimização orçamentária, mas também como uma diretriz estratégica

¹¹ Texto original disponível em: < http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140925_india_marte_lab >
Último acesso em: 07 de agosto de 2017.

fundamental para a autonomia, superação das condições de subdesenvolvimento e de projeção internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA. **Programa Nacional de Atividades Espaciais: 2012-2021**. Brasília, 2012. Disponível em: < <http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2013/03/PNAE-Portugues.pdf> >. Acesso em: 11 jun. 2017.

AMOS, Jonathan. **Como a Índia chegou a Marte gastando menos que um filme de Hollywood**, BBC News, 25 de setembro de 2014. Disponível em: < http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140925_india_marte_lab >. Último acesso em: 11 de Junho de 2017

BRASIL. Decreto nº 1.332, de 8 de dezembro de 1994. **Aprova a atualização da Política de Desenvolvimento das Atividades Espaciais – PNDAE**. Portal da Legislação, Brasília, DF, 1994a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1332.htm >. Acesso em: 11 jun. 2017.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa**, Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: < http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf >. Acesso em 13 de jun. 2017.

BUSSINGER, Kamilla. **Brasil, Índia e o Regime de Não Proliferação Nuclear**. Monografia apresentada ao Centro Universitário La Salle – RJ como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel no curso de Relações Internacionais. Niterói, 2014.

CASTELLS, Manuel. **The Rise of the Network Society, The Information Age: Economy, Society and Culture Vol. I**. Oxford: Blackwell, 2009.

CHOWDHURY, Jhinuk. **The Agni-V and India's ICBM Strategy**. 2015. Disponível em: <http://thediplomat.com/2015/02/the-agni-v-and-indias-icbm-strategy/> Acesso em: 07 de agosto de 2017.

ESCOBAR, Pepe. **21 O Século da Ásia**. Editora: Iluminuras LTDA. São Paulo, 1997.

FIORI, José Luis. **O Poder Global**. Editora: Boitempo, 2007. p. 229.

HERZ, Mônica; LAGE, Victor Coutinho. **BRICS Policy Center - Policy Brief**, junho de 2012.

KUTCHESFAHANI, Zahra Sara. **How to Strengthen International Safeguards: Moving Forward With the Additional Protocol** - Los Alamos National Laboratory (LANL). Conference: INMM; July 17, 2011; Palm Desert.

MOHANTY, Deba. India's nuclear C2 system in place. **Military Technology**, v. 27, n. 3, p.7, 2003.

MOLTZ, James Clay. **Asia's Space Race: National Motivations, Regional Rivalries, and International Risks**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2012.

MOURA, José Augusto Abreu. **A Estratégia Naval Brasileira no Pós-Guerra Fria: uma análise comparativa com foco em submarinos**. Rio de Janeiro: FEMAR, 2014.

NANDY, Ashis. The bomb, the NPT and Indian elites. **Economic and Political Weekly**, v. 7, n. 31/33, Special Number, Aug. 1972.

OTTERO, Barbara Dutra Lameira. **Avaliação do Programa de Veículos Lançadores**. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) – Instituto de Estudos Estratégicos, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

PECEQUILO, Cristina. **Os Estados Unidos e o Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2013.

PANDIT, Rajad. India Successfully Test-firing Nuclear Capable Agni-V. **Times of India**. Nova Delhi. 26 de Dezembro de 2016. Disponível em: < <http://m.timesofindia.com/india/india-successfully-test-fire-nuclear-capable-agni-5/articleshow/56177457.cms> >. Acesso em: 14 de junho de 2017.

SARTI, Josiane Simão. **O programa espacial da Índia: evolução histórica e implicações estratégicas**, 2015. Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais. Porto Alegre, 2015.

SIA - SATELLITE INDUSTRY ASSOCIATION. **State of the Satellite Industry Report: September 2016**. Disponível em< <http://www.sia.org/wp-content/uploads/2017/03/SSIR-2016-update.pdf>>. Acesso em: 13 de jun. de 2017

SILVA, Meireluce Fernandes da. O Programa Espacial Brasileiro em perspectiva histórica: do início a 2010. In: SILVA, Meireluce Fernandes da. **Rumo a uma nova estratégia espacial para o Brasil**. Brasília: Thesaurus, 2012. p. 195-207.

SINGH, Jaswant. Against nuclear apartheid. **Foreign Affairs**, v. 77, n. 5,

SPEKTOR, Matias. How to read Brazil's stance on Iran. **First Take - Council of Foreign Relations**, 2010a.

STUENKEL, Oliver. Identidade, Status e Instituições Internacionais: O Caso do Brasil, da Índia e do Tratado de Não Proliferação. **Contexto internacional**, v. 32, n. 2, julho/dezembro 2010.

VIKRAM SARABHAI SPACE CENTRE – VSSC. **The Profile**. 2015. Disponível em: <
<http://www.isro.gov.in/about-isro/dr-vikram-ambalal-sarabhai-1963-1971> > Acesso em: 10 de junho de 2017.

Sobre os autores

Kamilla Bussinger Ribeiro Short é mestranda em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança na Universidade Federal Fluminense. Possui graduação em Relações Internacionais pelo Centro Universitário LaSalle-RJ (2014). Cursando Pós-Graduação em Psicologia Analítica Junguiana no IJEP desde 2016.

Pérsio Glória de Paula é mestrando em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança (PPGEST) no Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF).





POR UMA CRÍTICA IMANENTISTA À TEORIA DA SOBERANIA

Ádamo da Veiga

Doutorando em Filosofia
com ênfase em Ética e
Filosofia Política pela PUC-
RIO, Rio de Janeiro, Brasil;
adamo.veiga1@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho pretende uma crítica imanentista da teoria da soberania. Esta ainda se orienta por um matiz essencialmente moderno, tendo como principais referências autores tais como Jean Bodin e Thomas Hobbes. Para além do nível teórico, manifesto na sua proeminência nas teorias de relações internacionais, é esta mesma concepção que norteia a prática jurídica internacional. O que pretendemos demonstrar é que a teoria da soberania ao se voltar para uma análise essencialmente transcendente do poder tomando-o como algo emanando de um centro – o soberano, o Direito, o Estado – perde a capacidade de uma análise efetiva do exercício do poder. A partir da filosofia de Michel Foucault procuraremos demonstrar como o poder é um campo imanente e relacional, ao qual, produz, de modo derivado, instituições e discursividades tais como a própria teoria da soberania e o poder do Estado. Em seguida, procuraremos demonstrar como a teoria da soberania se vincula a um modo prático de exercício do poder diferente do em voga atualmente, e a razão de sua persistência a nível teórico, jurídico e discursivo.

Palavras-chave: Foucault, soberania, imanência, poder.

Abstract: In the present paper we will intend to make a immanentist critic of the sovereignty theory. It still orients herself through a modern basis, having as its main references authors such as Jean Bodin and Thomas Hobbes. Beyond the theoretical level, expressed in the international relations theory mainstream, it is that same conception that directs the international juridical practice. What we intend to demonstrate is that the sovereignty theory, as it turns to an essentially transcendent analysis of power, taking it as something emanating of a center– the Sovereign, the Law, the State – it undermines its effective capacity of analyzing the real exercise of power. Through Michel Foucault's philosophy we shall see how power is an immanent and relational field which produces, in derivative mode, institutions and discourses as the sovereignty theory itself and the power of State. Following, we seek to demonstrate how sovereignty's theory is associated with a particular practical mode of power exercise, different from the actual mode, and the reason of its permanence in a discursive, theoretical and juridical level.

Key-Words: Foucault, sovereignty, immanence, power.



Introdução

Pensar sobre a soberania é necessariamente pensar sobre as relações de poder. Com efeito, a soberania entendida enquanto teoria jurídica é um dos fundamentos mais importantes da teoria política atual. Não apenas em um nível teórico, mas também na prática internacional, sendo notável no primeiro aspecto, por exemplo, a sua centralidade na teoria de relações internacionais, e, no segundo, no grande debate a cerca da Responsabilidade de Proteger – a justificativa da violação do direito à soberania territorial em prol da defesa da população de determinado Estado. Orbitam em seu âmbito uma série de questões relativas à sua aplicabilidade, à atualidade desta visão, aos limites e eventuais exceções ao seu exercício, aos conflitos do poder soberano com atribuições universais, morais e jurídicas. Grosso modo, poder-se-ia resumir esta dialética a uma pergunta inicial: Quais são os limites e fundamentos legítimos que delimitam o exercício de poder em dada territorialidade?

As respostas mais usuais a essa pergunta, centradas na teoria jurídica da soberania, fundamentam-se em uma matriz conceitual moderna, principalmente Hobbes e Bodin, os quais produziram suas obras em um contexto político e epistemológico muito diferente do atual. Na interpretação que usualmente é dada a ambos, podemos observar uma transcendência do *jurídico* em detrimento do político. Nas suas concepções teóricas, as leis naturais, o Contrato, fundamentam a soberania, o exercício do poder, e isso basta; as técnicas do exercício cotidiano de sujeição, as diversas práticas extrajurídicas e instituições várias que efetivamente exercem o poder são excluídas da análise. A concepção corrente de soberania na Academia herda destes autores o mesmo formalismo que exclui da analítica das relações de poder a prática empírica do mesmo.

A hipótese é de que a teoria jurídica clássica da soberania – fundamentada na justificativa do poder régio – não dá conta de abranger a atual dinâmica das relações de poder. A fim de desenvolver esta hipótese nos utilizaremos da crítica à soberania realizada pelo filósofo Michel Foucault, tendo em vista a sua analítica própria das relações de poder. Grande parte do pensamento de Foucault se articula sob uma visada imanentista que procura destituir os objetos dos saberes de sua autoevidência; é o caso da psiquiatria, do Estado, da medicina, os quais, em geral, são situados em uma historicidade teleológica, no contínuo de um progresso, e não nas suas condições próprias de emergência. Neste sentido, a analítica do poder em Foucault opera do mesmo modo ao destituir a autoevidência da soberania política situando-a em um contexto imanente de emergência enquanto teoria e direito.

É isso que se entende por uma crítica imanentista: substituir uma analítica transcendente, que explicaria o poder e a soberania por fatores exógenos, por uma analítica imanente, que o explica a partir de si próprio. Ao longo do texto pretende-se demonstrar como tal analítica imanentista corresponde a uma inflexão no próprio exercício do poder: se antes, durante os séculos contemporâneos à teoria da soberania, o poder se estruturava na forma de uma sobredeterminação a partir de uma autoridade exógena (transcedente) ao corpo social – tal como o soberano, o direito divino, e etc -, desde o século XVIII, ele se define por um movimento de descentralização na qual a temos uma sob-determinação do corpo social visando sustentar-se sobre nada mais do que seu próprio exercício.

A crítica foucaultiana à teoria da soberania: postulados para uma analítica do poder

Grande parte do trabalho de Foucault se baseia em uma reorientação imanentista da análise política. O trabalho arqueológico e genealógico de Foucault tem como principal mote a destituição do que Paul Veyne chama de ‘objetos naturais’ – sejam eles a loucura, a sexualidade, o poder (1978). A questão é que as *coisas* não são distintas das práticas, das *ações*. Antes de Foucault, “desconhecíamos que cada prática [...] engendra o objeto que lhe corresponde, do mesmo modo que a pereira produz peras e a macieira maçãs; não há objetos naturais, não há coisas. As coisas, os objetos não são senão os correlatos das práticas” (VEYNE, 1978, p. 132). A história não deve mais ser concebida como o resultado da atividade sintética do sujeito, nem sobre um ponto de vista teleológico, mas sim através dos processos imanentes a ela própria que terão como efeito, não só o sujeito – na sua concepção moderna – mas todo e qualquer objeto. O “poder”, então, dentro desta mesma concepção, não é mais analisado enquanto um algo em si mesmo, um objeto, mas antes como um processo imanente a si próprio. Diferente da teoria da soberania que, como veremos, se articula sob uma transcendência do centro de exercício de poder sobre todas as outras relações de poder, a análise de Foucault procurará demonstrar, como coloca bem Gilles Deleuze, que o poder, antes de mais nada, “tem como característica a imanência do seu campo, sem unificação transcendente.” (DELEUZE, 2012, p. 44).

Temos aqui uma orientação empirista da analítica do poder, uma vez que há o deslocamento de uma normatividade racionalista-jurídica – procurando estabelecer transcendentalmente os limites e a legitimidade do exercício do poder – para uma análise que procura estudar o exercício real, prático, efetivo, do poder. Como escreve o próprio Foucault, “ao invés de fazer os poderes derivarem da soberania, se trata muito mais de extrair, histórica

e empiricamente, das relações de poder, os operadores de dominação.” (FOUCAULT, 2005, p. 33).

Neste sentido, devemos entender as famosas quatro precauções metodológicas colocadas pelo autor no seu curso no Collège de France em 7 de janeiro de 1976 (2011): primeiramente, trata-se de analisar o poder não pela sua legitimidade a partir de um centro, mas sim, de observá-lo nas suas ramificações, no ponto em que ele se torna capilar, no conjunto de técnicas, aparelhos e saberes que ele se utiliza na sujeição. No lugar de uma abordagem globalizante, observar a sujeição nas extremidades, para além da mera norma jurídica, para além dos seus fundamentos morais e teóricos, nos corpos institucionais em que ela se materializa, nas práticas que a constituem em um nível local. Nas palavras de Foucault, trata-se de:

[...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente, no ponto em que ultrapassando as regras do direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento. Exemplificando: em vez de tentar saber onde e como o direito de punir se fundamenta na soberania [...] procurei analisar como a punição e o poder de punir materializavam-se em instituições locais. (FOUCAULT, 2011, p. 182)

Em seguida, não se deve buscar o poder na intenção do soberano ou na lei, como fazem os autores clássicos, mas na sua incidência direta sobre os corpos dos indivíduos. Trata-se de afastar da análise o caráter personalista do exercício do poder, procurando evitar a pergunta do “quem exerce o poder” em detrimento da indagação mais rica sobre “como se exerce o poder.” Não se focar na deliberação oficial de um governante, mas nos processos pelos quais gestos, expressões, ideias são controlados de forma subcutânea. Se o Estado figura na teoria da soberania como um corpo total constituído dos corpos singulares, é necessário, primeiramente, buscar a compreensão do conjunto de processos que formam efetivamente este corpo total. Procurar entender como a divergência amorfa é esculpida e moldada em uma unidade superior, e não a justificativa desta escultura: “ao invés de perguntar como o soberano aparece no topo, tentar saber como foram constituídos, pouco a pouco, progressivamente, realmente e materialmente os súditos, a partir da multiplicidade dos corpos, das forças, etc.” (FOUCAULT, 2011, p. 182).

A terceira precaução consiste em não supor o indivíduo enquanto uma mônada, um átomo, fechado e idêntico a si mesmo, sobre o qual a força homogênea de determinado grupo de aplica. O poder influi no interior dos indivíduos, criando-os enquanto sujeitos que já nascem sujeitados, e nesse ponto que ele realmente é efetivo. O indivíduo para Foucault não é

ontologicamente fechado, unitário e autônomo no sentido kantiano, passivo ou ativo em uma relação de poder, agente de dominação ou agente dominado; o poder não se exerce sobre indivíduos, ele passa por eles. O sujeito já é um efeito do poder, funcionando enquanto ponto de transmissão do mesmo, em uma ampla rede, em uma cadeia de relações que efetuam a dominação materialmente. Desta forma, o poder não é exógeno ao sujeito, não é um fora que se exerce sobre ele. Pelo contrário, “o poder passa através do indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, 2011, p. 184).

A quarta precaução é a de não partir de uma análise descendente do poder, como as que o tomam como emanando do soberano ou equivalente democrático, mas sim, de uma análise que começa por baixo, no infinitesimal, nos aparelhos e modos do seu exercício. Em vez de se indagar sobre a natureza abstrata do conceito de soberania, trata-se de investigar em que medida instituições como a escola, a psiquiatria, a polícia, exercem de fato a dominação. O ponto é partir de baixo, do concreto, para observar o mecanismo próprio de acoplamento e ressonância das pequenas instâncias de poder em relação aos aparelhos globais; deste modo, haveria uma epigênese de mecanismos gerais a partir da convergência de pontos singulares de dominação, aos quais, guardam a chave para a sua compreensão. É necessário sempre evitar uma interpretação do pensamento de Foucault que veria nas esferas dominantes um hiperplanejamento do exercício de poder em todos os níveis. Se a exclusão dos loucos se tornou operante na ascensão da burguesia, por exemplo, isto não se deu através de um projeto da mesma, mas antes, se tal projeto pode ser dito real, ele ocorreu *a posteriori* na medida em que a existência de tal prática revelou-se útil no sentido de assegurar a manutenção da mão de obra produtiva. Trata-se de ver como tais micro-mecanismos “em dado momento, em uma conjuntura precisa e por meio e por meio de determinado número de transformações começaram a se tornar economicamente vantajosos e politicamente úteis.” (FOUCAULT, 2011, p. 185).

Assim, com base nestas quatro precauções metodológicas podemos ver como a analítica do poder em Foucault é essencialmente empirista e estranha à determinação transcendente do direito sobre o exercício do poder; com efeito, a centralidade do poder estatal ou soberano é derivada de uma série de instâncias menores que operam como seu substrato efetivo. A análise destas, então, constitui o cerne real de uma analítica do poder, analítica imanentista, pois se trata de tomar o poder em si mesmo no que o efetiva *in concreto*. Nas palavras do autor:

Em vez de fazer os poderes derivarem da soberania, se **trataria muito mais de extrair, histórica e empiricamente**, das relações de poder, os operadores de dominação. Teoria da dominação, das dominações, muito mais do que teoria da soberania, o que quer dizer: em vez de partir do sujeito (ou mesmo dos sujeitos) e desses elementos que seriam preliminares a relação e que poderíamos localizar, se trataria de partir da própria relação de poder, da relação de dominação que ela tem de factual, de efetivo, e de ver como e essa própria relação que determina os elementos sobre os quais ela incide. (FOUCAULT, 2005, p. 51, grifo nosso)

A teoria da soberania em perspectiva histórica: soberania e disciplina

É necessário frisar que, para Foucault, tais instâncias de dominação micropolítica produzem correlativamente discursos e saberes; deste modo, a produção intelectual de um período não pode ser dada como isolada das instâncias exteriores ao discurso. Como coloca o próprio Foucault em seu autorretrato filosófico (1994), todo objeto do saber e todo sujeito do conhecimento existem através processos de objetificação e de subjetivação que se constituem em um devir histórico correlato a efetividade do poder em determinado período. Em outro texto, ele escreve que, de fato, “não há exercício do poder sem certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele.” (FOUCAULT, 2005, p. 22) Neste sentido, a teoria clássica da soberania e a sua manutenção no discurso teórico político de hoje se inscrevem em um contexto de reações de poder.

Para Foucault, a teoria da soberania clássica opera procurando instaurar um círculo do sujeito ao sujeito; de um sujeito dito natural, com suas potências e capacidades, ao sujeito sujeitado, subordinado ao poder soberano. Parte-se de um sujeito natural, dotado de potências e capacidades rumo à unidade do poder que necessita ser fundamentada, retornando ao sujeito na legitimidade da sujeição na qual ele se insere e deve respeitar; do indivíduo natural ao soberano no momento do contrato, e do soberano ao indivíduo através da lei e da obediência. O poder do indivíduo fora do acordo político torna-se político na sua subordinação a um centro fundante, seja ele o soberano ou o Estado; tal operação procura sua justificativa, nos diversos autores que nela trabalham, em uma legitimidade fundamental na qual a cessão do poder individual e a instauração do regime civil-legal se veem justificados. Assim, a multiplicidade será reunida em uma unidade transcendente de poder, unidade essa que se fundamenta em uma legitimidade superior a qual responderá a eficácia da lei dela derivada; o soberano (ou o Estado) efetua os poderes em sua legitimidade, é sob o seu corpo que eles se inscrevem e através dele que se realiza a síntese entre as capacidades naturais e a necessidade de sujeição. Nas palavras de Foucault, temos:

Tríplice primitivismo que vai do sujeito que deve ser sujeitado, da unidade do poder que deve ser fundamentada e da legitimidade que deve ser respeitada. Sujeito, unidade do poder e lei: aí estão, creio eu, os elementos entre os quais atua a teoria da soberania que, a um só tempo, os confere a si e procura fundamentá-los. (FOUCAULT, 2005, p. 50)

De todo modo, temos a centralidade do sujeito enquanto dado primitivo do ciclo soberano; parte-se do sujeito já constituído para a constituição do poder e Estado que o sujeita. Como vimos, uma das precauções metodológicas é justamente deslocar este centramento no sujeito, demonstrando como ele é um efeito do poder e não sua causa ou ponto homogêneo de aplicação. Este movimento, então, do qual o sujeito se vê sujeitado, não seria movimento exógeno operado pela fundação do Estado e da soberania, mas um movimento intrínseco, imanente, que daria luz a dupla gênese tanto do sujeito quando do aparelho estatal. E a efetividade deste movimento, não seria dada em uma fundação, mas em um exercício contínuo, histórico, articulado sobre uma multiplicidade de dispositivos de dominação. Em Foucault, a unidade é sempre derivada e nunca constituinte.

Isto é bastante claro em Hobbes (1974). O estado de natureza corresponde a uma multiplicidade de sujeitos, cada um dispendo de direito igual à sua potência; este estado, apolítico, dá a luz à figura do soberano através do contrato, no qual esta potência individual se torna política em paralelo a sua cessão e concentração no poder civil. Neste mesmo movimento, a representatividade – o soberano, enquanto tal representa cada indivíduo de tal modo que ir contra ele é ir contra si próprio – se estabelece como aquilo que faz com o sujeito só possa ser sujeitado. O ponto fundamental do pensamento hobbesiano é estabelecer a subsunção imediata entre obediência e proteção em detrimento da possível anarquia expressa pelo direito de resistência das igrejas e feudos; será através desta tríade que, de fato, teremos a operação descrita por Foucault: a anarquia do poder natural, fora do contrato, a proteção garantida pelo momento fundacional do contrato, e a subordinação absoluta como derivação lógica e política necessária do mesmo.

Por outro lado, a teoria da soberania, tem sua expressão em determinado regime técnico do exercício do poder. Como é claro pela sua etnologia, se liga necessariamente ao corpo do soberano. A figura do rei é central na construção política do Ocidente, sempre se tratando dos seus direitos, do seu poder, e de seus limites eventuais. Tanto os juristas que o defendiam, tanto quanto os que o criticavam e visavam impor-lhes limites, se utilizavam deste conceito. Tratava-se, no momento do estabelecimento da teorização sobre a soberania, de fundamentar o poder com base na adequação dele a princípios dogmáticos, tais como as leis

da natureza ou a lei divina. A forma e o exercício do poder real eram as preocupações centrais dos juristas.

Isto se dá de forma indissociável de um mecanismo de dominação, uma sociedade própria de soberania, na qual a unidade transcendente do poder posta pela teoria tem como correlato certos princípios práticos no exercício efetivo do poder. O poder soberano expressa-se pelo “fazer morrer, deixar viver”; no direito do soberano à vida do súdito. Estrutura-se sobre o fausto da letalidade de um poder eminentemente visível, teatral, travestido nos símbolos de uma potência máxima. Neste sentido, “o efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar,” de modo que “o direito de matar e que detém efetivamente em si a própria essência desse direito de vida” (FOUCAULT, 2005, p.287) O poder soberano, se detém o direito a vida, é sobre uma assimetria que privilegia o negativo; é no poder de tirar a vida que o exercício do poder sobre a vida se fundamenta, procurando sempre marcá-lo em sua máxima visibilidade, como a prática do suplício público indica.

Tal dinâmica se vê clara na analítica que faz Foucault da punição em *Vigiar e Punir* (2010). Na era da soberania, o suplício do condenado, a tortura pública, era o símbolo do poder real; o ofensor ofendia o próprio rei, contestava a sua vontade, e como tal, sofria a represália. Se o poder emanava do corpo do rei enquanto instância transcendente, a punição deve se aplicar sobre o corpo do condenado enquanto ponta de chegada. Sobre o tema, José Silva fala muito bem:

A tortura torna-se um ritual político: porque a lei violada pelo criminoso representava a vontade do soberano, o crime era entendido como um ataque ao rei. Este tinha de contra-atacar para mostrar a força e a magnitude de seu poder, isto é, o poder embutido na lei. Como o rei incorporava a lei através de seu poder, violar a lei significava um ataque ao corpo do rei. A reação do poder do rei sobre o condenado tinha então de ser dirigido ao corpo do criminoso, cuja tortura devia significar a revelação não só do horror do crime, mas também o poder do soberano. (SILVA, 2016, p. 156-157)

Nas sociedades de soberania, o poder exerce-se sobre os indivíduos enquanto massa homogênea e indiferenciada e este é o ponto mais importante; diferente do que ocorre depois, como nossa sociedade atual bem o demonstra, o poder não se exerce sobre o indivíduo localizado em uma singularidade categoricamente assimilada; não é o caso da figura criminal em uma tipologia definida – o delinquente, o traficante, o psicopata - nem da população enquanto registro estatístico – os números de identificação, as classes sociais medida por renda, por nível de escolaridade... É um poder que procura se vestir de uma ascendência

absoluta, procurando operar pela ressonância de um único centro pra todo corpo social a partir de uma amplificação simbólica e violenta da figura do poder real, não procurando uma economia racional do poder mas o seu máximo dispêndio.

No que tange a produção, o poder soberano não se estrutura, igualmente, sob o caráter intensivo da força de trabalho; antes, tem um caráter extensivo. A preocupação incide mais sobre a terra, na extração de riquezas, do que sobre aquele que trabalha. Um caráter fisiocrático que tem na riqueza a propriedade territorial antes que sua capacidade de produção material. É este um dos pontos de inflexão em relação ao outro conjunto amplo do exercício do poder – o poder disciplinar- que veremos em breve.

Para Foucault, a teoria da soberania, sob uma perspectiva histórica, realizou quatro grandes papéis. O primeiro seria referente à mecânica do poder feudal, sendo posteriormente transposta para a do poder absoluto, nas monarquias administrativas, ao qual serviu de instrumento e justificativa – eis o seu segundo papel. O terceiro foi durante as guerras que se seguiram a Reforma, tendo servido a ambos os lados, tanto para legitimar a expansão do poder real em detrimento do papal, tanto quanto para impor-lhes limites, como na defesa da liberdade religiosa. O conceito de soberania permaneceria sendo utilizado nesse sentido ao longo do Século XVII, sofrendo uma inflexão no século seguinte, quando o poder monárquico será contestado pelo Iluminismo. A centralidade do rei seria substituída pela do direito do povo, exercendo aqui a soberania o seu quarto papel. A partir de então, ela se ligará a uma nova mecânica de poder, o *disciplinar*, característico da sociedade burguesa. Antes, nas sociedades de tipo soberano, a teoria da soberania “cobria efetivamente a mecânica geral do poder, o modo como ele se exercia, desde os níveis mais altos aos mais baixos.” (FOUCAULT, 2008, p. 43) Contudo, a partir dos séculos XVII e XVIII o mecanismo disciplinar vai se desenvolvendo de tal forma a fazer a teoria da soberania não mais expressar, corresponder adequadamente, ao efetivo exercício do poder no corpo social.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, surge uma nova mecânica de poder com técnicas, instrumentos e aparelhagem muito distintos, e, em certa medida, incompatíveis com as relações de soberania. Ela agia sobre o território, sobre as riquezas e sua extração bruta; esta nova economia de poder, por sua vez, age, sobretudo, sobre os corpos dos indivíduos. Essa nova mecânica se interessa muito mais em extrair tempo e trabalho dos corpos do que em extrair diretamente riqueza da terra, baseando-se principalmente na vigilância e na disciplinarização, na forma de obrigações crônicas que sujeitam os corpos, tornando-os dóceis, produtivos e úteis Trata-se de:

[...] um tipo de poder que pressupõe muito mais uma trama cerrada de coerções materiais do que a existência física de um soberano, e define uma nova economia de poder cujo princípio é o de que se deve ao mesmo tempo fazer que cresçam as forças sujeitadas e a força e a eficácia daquilo que as sujeita. (FOUCAULT, 2005, p. 42)

Diferentemente do poder soberano, com o dispêndio do poder sobre uma massa indiferenciada, a disciplina procura estabelecer um poder calculado sobre uma massa composta por individualidades assinaláveis. Assim, “além do ato legislativo que cria a lei e do ato judicial que pune o culpado, aparece toda uma série de técnicas adjacentes, policiais, médicas, psicológicas, que são do domínio da vigilância, do diagnóstico, da eventual transformação dos indivíduos.” (FOUCAULT, 2008, p. 13) O poder torna-se mais eficaz, utilizando-se de mecanismos para a modulação das individualidades, na formação de subjetividades.

É neste sentido que temos uma “troca do eixo político de individualização” (FOUCAULT, 2010, p. 184) Antes, como vimos, o poder se exercia sobre uma instância dada como transcendente, de cima para baixo, da figura do rei para a massa homogênea dos súditos. Assim, a individualidade pende e se reforça do lado do soberano, cuja pompa e circunstância visam marcar a sua singularidade destacada, a sua ancestralidade heroica, e etc. Na disciplina, ao contrário, a individualização é descendente, o poder se oculta e se mascara – o que se revela no deslocamento da punição do patíbulo público pra o espaço fechado do cárcere. Como escreve Foucault, “na medida em que o poder se torna mais anônimo e mais funcional, aqueles sobre os quais ele se exerce tendem a ser mais fortemente individualizados; por fiscalizações mais que por cerimônias, por medidas comparativas que têm a 'norma' como referência; [...] por desvios mais que por proezas.” (FOUCAULT, 2010, p. 184)

Que o exercício o poder ganhe assim, eficácia e efetividade, isto se dá pela sua orientação de um eixo transcendente para um imanente; como vimos nas precauções metodológicas, o poder, por mais que expresso e formalmente dependente de um centro superior – como no caso da soberania-, ele nunca deriva dele, mas antes tem nele apenas um efeito de uma malha relacional micropolítica. Justamente no momento em que o poder transforma-se em disciplina, na medida em que articula o seu exercício sobre esta instância infinitesimal, ele se torna ainda mais eficiente em sua sujeição. Se antes, o poder sempre fluiu e moldou os sujeitos, agora ele o faz a partir de técnicas, estudos e saberes específicos.

A soberania e poder disciplinar funcionam de maneiras diferentes. O que se vê, portanto, é um movimento desde o século XVII direcionado ao fortalecimento do poder

disciplinar, uma crescente racionalidade e economia do poder, que se distingue de forma notável da modalidade de sujeição das sociedades de soberania precedentes:

A teoria da soberania é o que permite fundamentar o poder absoluto no dispêndio absoluto do poder, e não calcular o poder com o mínimo de dispêndio e o máximo de eficácia. Esse novo tipo de poder, que já não é, pois, de modo algum transcritível nos termos de soberania, é, acho eu, uma das grandes invenções da sociedade burguesa (...). Esse poder não soberano, alheio portanto à forma da soberania, é o poder disciplinar. Poder indescritível, injustificável, nos termos da teoria da soberania, radicalmente heterogêneo, e que deveria ter levado normalmente ao próprio desaparecimento desse grande edifício jurídico da teoria da soberania. (FOUCAULT, 2005, p. 44)

Apesar da oposição aparente entre soberania e disciplina, as duas técnicas de poder se mostraram simbióticas, uma se acoplando a outra em vez de suplantá-la. Esse fato se deve principalmente por duas razões: nos séculos XVIII e XIX, momento de constantes embates entre monarquias e repúblicas, o princípio da soberania foi utilizado constantemente pelos opositores das monarquias para legitimar suas reivindicações ao governo do Estado e para contra-arrestar possíveis obstáculos impostos ao desenvolvimento e à consolidação do poder disciplinar. O conceito de soberania permitiu, em última instância, que mecanismos de disciplina fossem encampados pelas leis, mascarando as técnicas de dominação, salvaguardando o direito do Estado de usar tais instrumentos disciplinares em nome de sua soberania. Há, pois, de um lado, o direito público baseado na democratização da soberania, onde todos delegam suas soberanias individuais ao Estado (todos seriam virtualmente parte do poder soberano enquanto povo) e, por outro lado, tramas cerradas de coerções disciplinares que garantem a coesão social em benefício da burguesia. Cada máquina de coerção se utiliza dos dispositivos herdados da anterior, ressignificando-os, dando-os uma nova roupagem segundo as necessidades de sua engrenagem. Como coloca Silva sobre o tema, a manutenção da teoria da soberania, para Foucault, se dá por duas razões:

[...] por um lado, essa teoria da soberania representava um instrumento de crítica tanto da monarquia como dos obstáculos contra o desenvolvimento da sociedade disciplinar. Como resultado, por outro lado, ela se tornou um sistema de direito sobreposto aos mecanismos de disciplinas, de forma a ocultar os elementos e técnicas de dominação inerentes à sociedade disciplinar. (SILVA, op. cit., p. 27)

Com base no presente exposto, espera-se ter demonstrado como a teoria da soberania é correlata a outro regime de dominação que, mesmo ainda presente, tem a sua atual manutenção enquanto secundária em relação à dinâmica disciplinar do poder. E, por fim,

como a inflexão das sociedades de soberania para as de disciplina passa pela imanentização do processo de sujeição, é ainda mais premente a necessidade de estudos e análises que tomem o poder enquanto campo imanente de relações.

Conclusão

A teoria da soberania, então, se vê contestada por uma visada imanente do processo de sujeição. O que, como se espera ter demonstrado, caracteriza a contribuição foucaultiana à analítica do poder é um imanentismo que procura o exercício do poder na sua instanciação efetiva e não na sua justificação discursiva e jurídica. Trata-se, com efeito, de um método de pesquisa que se voltará não apenas para a soberania e para o poder, mas igualmente para a psiquiatria, medicina, criminologia, e etc, em um movimento de destituição dos “objetos naturais”. O Estado soberano, com seu direito, figura um dos objetos mais relevantes a serem destituídos.

Pode-se concluir, então, a partir do que foi exposto que os últimos séculos vivenciaram uma inflexão muito relevante no exercício do poder. A passagem de um poder soberano para o disciplinar acompanha a nível efetivo a distinção teórica proposta por Foucault. Tudo se passa como se o próprio poder se movimentasse em direção a um exercício imanente, ou seja, a-centrado, autofundacional, funcionando a parti de si mesmo mais do que a partir de instâncias superiores tais como o Direito ou o Soberano. Torna-se, deste modo, ainda mais forte, mais eficiente. Há uma gradual substituição daquele que exerce o poder para a multiplicidade de instâncias que, em rede, o fazem operar. De fato, tanto melhor é uma máquina quanto mais ela funciona sem a necessidade de ser alimentada ou controlada por um agente externo. O exercício do poder não é diferente.

Em relação à teoria de relações internacionais, o foco nas relações interestatais e no seu caráter jurídico pode ser justificado por uma questão de recorte epistemológico, o recorte próprio da área em detrimento das outras regiões das ciências sociais. No entanto, isto não deve interditar que avanços em outras frentes reverberem nela. As ciências humanas e a filosofia vêm, já há um tempo, experienciando um movimento de convergência multidisciplinar, sob a figura de diversos autores cuja obra se estende para além de um segmento específico. Foucault é paradigmático neste aspecto, mas o mesmo pode ser dito de Gilles Deleuze (que, aliás, possui uma rica teoria das interações políticas a nível planetário) como também, Jacques Derrida, Bruno Latour, e muitos outros. Assim, espera-se que esta incursão para além dos limites das interações estatais, em direção ao fundo que estrutura as

mesmas para além do ordenamento jurídico, possa contribuir para o debate. Deste modo, diferentemente dos autores realistas ou mesmo liberais, a unidade ontológica de base da analítica do poder a nível global não deve ser o Estado, mas o poder em si mesmo em seu exercício imanente e multifacetado. O Estado soberano, e, por consequência, o sistema de Estados soberanos, são ontologicamente segundos, e, enquanto tal devem ser trabalhados na análise; um estudo que procure os dispositivos de poder em sua efetuação para além das fronteiras territoriais nos parece figurar, então, como uma direção promissora – já seguida por alguns, de fato – no estudo das Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Brasília: Editora Brasiliense. 2005.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____, **A microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2011.

_____, **Segurança, Território, População**: São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____, **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2010.

FLORENCE, Maurice [Michel Foucault] Foucault in: FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits IV**. Paris: Gallimard, 1994.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma, e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Trad. de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Ed. Abril, 1974;

SILVA, Josué Pereira. **Poder e direito em Foucault: relendo Vigiar e Punir 40 anos depois**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-6445139-171/97>. Acesso a: 23/06/2017

VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: VEYNE, Paul, **Como se escreve a história**. Brasília: Editora UNB, 1978.

Sobre o autor

Ádamo da Veiga está cursando Doutorado em Filosofia com ênfase em Ética e Filosofia Política pela PUC-RIO como bolsista CAPES. Possui Bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (2011). Tem experiência na área de Filosofia Francesa Contemporânea com ênfase em Ética e Filosofia Política. Participou do Laboratório de Estudos da Modernidade Militar, sob orientação do Professor Doutor Manuel Domingues Neto. Participou do projeto de pesquisa Estado, Forças Armadas e Segurança, sob orientação do Professor Doutor Frederico de Sá Costa. Em 2013, trabalhou como monitor do curso de Estudos Estratégicos, sob orientação do Professor Vagner Camilo Alves. Durante o mestrado, sob orientação do Prof. Doutor Rodrigo Guimarães Nunes, dedicou-se a pesquisa da interface entre filosofia e sociologia sob um viés ético e político, a partir da filosofia francesa contemporânea com foco na filosofia de Gilles Deleuze e Gilbert Simondon e na sociologia de Gabriel Tarde. Realizou Estágio Docência na disciplina Filosofia Moderna. Teve a dissertação aprovada com louvor e indicada pelo Departamento PUC-Rio para o prêmio ANPOF de melhor dissertação de mestrado. É membro do Grupo de Estudo Materialismos, voltado para o estudo da ontologia contemporânea e membro do Grupo de Trabalho Ontologia Contemporânea da ANPOF.





**Prof. Dr. Frederico
Carlos de Sá Costa**

Universidade Federal
Fluminense (UFF),
Niterói–RJ, Brasil;
fcarlos@id.uff.br

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA TEORIA POLÍTICA DAS RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES

RESUMO: O objetivo deste artigo é fornecer subsídios para a discussão da relação civil-militar no Brasil a partir de 1930. Pretende-se apontar algumas vertentes teóricas úteis para o debate, bem como denunciar a esterilidade de análises congeladas no determinismo historicista. A discussão será elaborada a partir da crítica à teoria huntingtoniana, considerada unilinear, unidimensional e normativa, e da compreensão da relação civil-militar inserida em contextos com um grau maior ou menor de cultura política, seguindo o raciocínio de Samuel Finer. Os subsídios aqui fornecidos concentram-se em: a) cultura política; b) adequação do controle civil à democracia.

Palavras-chave: controle civil; cultura cívica; democracia.

ABSTRACT: The objective of this article is to provide support for the discussion of the civil-military relationship in Brazil from 1930 onwards. It is intended to point out some theoretical aspects useful for the debate, as well as denounce the sterility of frozen analyzes in historicist determinism. The discussion will be based on a critique of the huntingtonian theory, considered unilinear, unidimensional and normative, and of the understanding of the civil-military relationship inserted in contexts with a greater or lesser degree of political culture, following Samuel Finer's reasoning. The subsidies provided here are focused on: a) political culture; b) adequacy of civilian control to democracy.

Key-words: civilian control; civic culture; democracy.



Introdução

O objetivo deste artigo é fornecer subsídios para a discussão da relação civil-militar no Brasil a partir de 1930¹. Não se trata de elaborar teoria ou de empreender amplas e densas explicações, mas sim de apontar algumas vertentes teóricas úteis para o debate, bem como de enfatizar o quão pouco produtivo é a discussão da relação civil-militar quando enclausurada em um dado historicismo que, ou congela a discussão no determinismo da tradição autoritária brasileira, ou reduz o debate à mera contingência histórica.

O estudo da relação civil-militar é de fundamental importância para a compreensão e análise dos sistemas políticos oriundos do construto Estado-nação, tendo em vista que, desta relação, pode-se inferir a maior ou menor propensão de um Estado para a guerra ou sua maior ou menor fragilidade às tentativas de golpe de Estado (COSTA, 2014).

A literatura da área, por influência do trabalho de Samuel Huntington, (1957) privilegia a análise, busca e mensuração do controle civil objetivo sobre os militares, compreendendo-se controle civil como o grau de lealdade que o Estado, através de suas elites políticas, obtém dos militares: o Estado é legal e legitimamente reconhecido como fonte das diretrizes políticas, os militares são autônomos (a partir da direção política) nas atividades inerentes à sua profissão, bem como exclusivos no que se refere à proposição de assuntos estritamente militares, e entende-se profissionalização como o preparo para a guerra e obediência às diretrizes estatais (HUNTINGTON, 1957).

Controle civil e profissionalização estão intimamente ligados, ainda segundo Huntington. Entretanto, desde muito cedo, Huntington foi criticado e, em boa medida, superado. A persistência e longevidade do “Soldado e o Estado” deve-se primordialmente a dois fatores: primeiro, a ênfase na autonomia das Forças Armadas soa bem aos ouvidos militares; segundo, o perfil normativo e unidirecional do livro torna-o uma espécie de manual simplificado de estabilização das relações entre civis e militares.

No intuito de enriquecer o debate, propõe-se o estudo da relação civil-militar no Brasil a partir da variável “cultura política”, utilizada por Samuel Finer em seu “The Man Horseback” (2002). Esta variável será associada com dois entendimentos de democracia: democracia como processo que articule a competição entre elites pelo voto popular e democracia populista em sociedade pretoriana.

¹ A partir deste momento as Forças Armadas do Brasil, através do General Góes Monteiro, passam a articular um discurso mais coeso em função sua auto-imagem como modelos de organização nacional (COELHO, 2000).

Controle civil *via* cultura política

Ao contrário de Huntington, que não apresenta muitas nuances no processo de profissionalização militar (incremento da *expertise* nas atividades ligadas à guerra, responsabilidade com o “cliente”, no caso, o Estado, e corporativismo), deixando transparecer que tal processo seria unilinear, unidirecional, e necessário, Finer oferece à discussão a percepção de que a profissionalização pode, ao invés de afastar, aproximar e/ou precipitar o militar na arena política (FINER, 2000).

A chave para a compreensão desta intrigante proposição está na observação do grau de cultura política de um dado país. Se, a um momento, Huntington oferece um trabalho normativo e centrado na experiência histórica dos Estados Unidos, Finer apresenta um trabalho que abre perspectivas para análises mais cuidadosas, Estado a Estado, desde que se lancem luzes sobre os processos políticos do país que se pretenda estudar.

Se bem que Finer não defina extensamente o que venha a ser cultura política, é possível inferir que se trata de alcançar (nesse caso há o mesmo determinismo que se encontra em Huntington) certos patamares institucionais encontrados nas democracias industriais avançadas do Ocidente, como a existência de partidos políticos sólidos, eleições competitivas e arena congressual legítima e atuante; direito moral de governar e ser obedecido, procedimentos e agências (ou burocracias) civis com reconhecida autoridade; envolvimento e adesão pública às instituições (FINER, 2000, p. 87) Sua categorização propõe países com cultura política madura, desenvolvida, baixa e mínima. A cada categoria corresponderia, respectivamente, um dado tipo de atuação militar na política: influência, chantagem, substituição de gabinetes e/ou governos civis e derrubada de regimes políticas através do uso da força.

Uma versão reduzida, mas ainda assim capaz de expressar o raciocínio, de uma figura elaborada por Finer (2000, p. 168) assim se apresenta:

Cultura Política	Tipo característico de intervenção militar	Modo de intervenção militar
Madura	Influência	Canais constitucionais e/ou competição com as autoridades civis.
Desenvolvida	Chantagem	Intimidação das autoridades civis e/ou competição e/ou ameaças de não-cooperação.
Baixa	Substituição de gabinetes ou governos civis	Incapacidade de defender as autoridades civis contra atos de violência e/ou prática direta de violência
Mínima	Deposição do regime civil	Violência.

Observa-se que, à medida que a cultura política se deteriora, a intervenção militar na política vai se tornando crescentemente violenta e arbitrária, no limite da inexistência de condições para a permanência de governos civis no poder.

Finer observa que, mesmo em sociedades de cultura política madura, os militares detém poder material suficiente para tomar e manter o poder político. A grande pergunta é: porque não o fazem?

Em termos de suas vantagens relativas: organização e prestígio, comando centralizado, hierarquia, disciplina, comunicação interna, espírito de corpo e sentimento de auto-suficiência. Em poucas palavras:

The armed forces then are not only the most highly organized association in the state. They are a continuing corporation with an intense sentiment of solidarity, enjoying, in many cases, considerable favour. This formidable corporate body is more lethally an heavily armed than any other organization in the state, and indeed enjoys a near-monopoly of all effective weapons. (FINER, 2000, p. 12)

Em termos de suas fraquezas políticas, Finer destaca que os militares têm capacidade de administrar apenas comunidades muito rudimentares, e não possuem o direito moral (diríamos legitimidade) para governar. Quanto mais complexa a divisão social do trabalho e/ou a economia, mais difícil para que se administre uma comunidade de forma exclusivamente militar, conseguindo, no máximo, prover lei, ordem e comunicações, ou então

reparando eventuais danos materiais ou executando algumas obras de infraestrutura. Em termos da ausência de legitimidade para governar, observa-se com clareza que o mandato da violência ou ameaça de violência não é suficiente, pois não alcança a exigência – apontada já por Rousseau – de transformar força em direito, poder em autoridade e obediência em dever (FINER, 2000, p. 14-21). A obediência, nesse caso, é uma medida de auto-preservação, e não de adesão ao projeto político (agora lembrando Hobbes).

The military's opportunity – and its public welcome – both derive from the level of political culture. The “level” to which the military press their intervention also depends on this (FINER, 2000 p. 85).

Nesses termos, Finer observa que, quanto mais fortes as instituições civis (ou quanto mais elevada for a cultura política) mais remotas as possibilidades de assalto militar ao poder e ainda menor a legitimidade militar em requerer exercer algum papel messiânico. A ênfase, portanto, não está em um dado e pretensamente adequado modelo de profissionalização: tal modelo nasce e depende das condições específicas observadas por Huntington nos Estados Unidos. Em Finer, a ênfase na operação das instituições civis problematiza e contingencia a profissionalização, permitindo que se observe a profissionalização como uma variável dependente. Em outras palavras, a profissionalização transige com a cultura política.

O quadro acima demonstra que o uso da violência como instrumento de intervenção militar na política cresce à medida que o grau de cultura política decresce. Considerada como variável dependente, pode-se inferir que a profissionalização militar se transforma de acordo com o grau de cultura política observado. Em outras palavras, o militar é profissionalizado com foco em ameaças externas se a cultura política for madura. No caminho inverso, o militar é profissionalizado com foco em ameaças internas, no limite da identificação do sistema político como a ameaça a combater, quando a cultura política decai e/ou torna-se nula. Como conclusão: a profissionalização militar pode, perfeitamente, precipitar o militar na política, ao invés de afastá-lo.

Controle civil *via* determinismo histórico

A crítica ao positivismo histórico não é recente. Não é o caso de se fazer uma resenha dessa crítica, mas de apontar o beco sem saída representado por uma visão determinista.

No Brasil, há agravantes no que se refere ao uso do positivismo como ferramenta histórica. Houve uma inversão dos termos da equação positivista: ao invés de se promover

uma reforma social e moral para, daí, surgir o modelo de governo da ditadura republicana racional e balanceada, optou-se pelo inverso, surgindo um poder político forte e centralizado capitaneado em primeiro lugar, imbuído da missão de promover a educação cívica e o reordenamento social em um ambiente marcado pela irracionalidade e incipiência da formação cívica do povo brasileiro.

O pensamento autoritário brasileiro é tributário de tal visão de história. A constatação de que o povo brasileiro foi formado em um ambiente marcado pela escravidão, o ruralismo e o anti-associativismo do latifúndio conduz, pela vertente positivista, à construção de um tipo social brasileiro refratário às práticas adequadas à vida democrática. Oliveira Vianna (apud COSTA, 2005, p. 41) afirmava que a formação o povo brasileiro “se processou dentro do mais extremado individualismo familiar”, e que o brasileiro seria “fundamentalmente individualista [...] no Brasil só o indivíduo vale, sem precisar da sociedade e da comunidade”.

Oliveira Vianna é um dos grandes representantes de uma poderosa e influente forma de interpretar o passado brasileiro para justificar a formação de governos autoritários. Não se percebe, nessa tradição, possibilidades para transformações sociais e políticas oriundas dos extratos populares, no máximo se advoga o papel pedagógico de governos fortes e não-democráticos. Rejeitar-se-ia, ainda segundo Oliveira Vianna, qualquer tipo de organização social e/ou política que desconsiderasse as condições reais e orgânicas da sociedade brasileira, leia-se, rejeitar-se-ia qualquer proposição derivada da democracia ou do liberalismo, ideais exógenos ao Brasil.

Partidos ou sistema parlamentar seriam, nessa configuração, nocivos ao país, representantes de interesses particulares, facciosos e ineficientes, eleitos por “párias sem terra, sem lar, e sem direitos, todos dependentes inteiramente dos grandes senhores territoriais” (VIANNA, 1939 apud COSTA, 2005, p. 44). Tal estrutura seria representada pela metáfora de Joaquim Nabuco, que acusava as instituições de serem “uma pura arte de construção no vácuo: as bases são as teses, e não os fatos; o material idéias e não homens; a situação o mundo, e não o país; os habitantes as gerações futuras e não as atuais” (COSTA, 2008, p. 51).

Se bem que nem os positivistas nem Oliveira Vianna fossem adeptos da intervenção militar da política, a tradição assim formada alimenta diretamente a ação interventora das Forças Armadas na república brasileira, marcadamente quando o general Góes Monteiro, principal aliado de Getúlio Vargas na conquista do poder em 1930, começa a elaborar de forma coesa um papel específico a ser desempenhado pelas Forças Armadas no Brasil:

[o Exército seria] um órgão essencialmente político; e a ele interessa, fundamentalmente, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de onde emanam, até certo ponto, a doutrina e o potencial de guerra. A política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos de atividades, de produção e de existência coletiva, inclusive a instrução e educação do povo, o regime político-social – tudo enfim afeta a política militar do país. (COELHO, 2000, p. 114)

Não há saídas democráticas ou liberais quando se assume para um país com as características do Brasil - ou, pelo menos um país tal qual interpretado por positivistas e pelos autores do pensamento autoritário brasileiro -, as consequências políticas de um passado rural e civicamente inexistente. Só resta a saída autoritária.

A partir de Finer é possível inferir que, nas condições formadas a partir do passado brasileiro, de cultura política inexistente ou mínima, o perfil de atuação militar no Brasil seria o uso de violência para deposição de regimes civis. Imposta a dinâmica positivista, teríamos duas opções igualmente ruins: a) o Estado, no caso do Brasil, as Forças Armadas, seriam os pedagogos da população até um momento futuro em que isso não fosse mais necessário; b) nenhuma proposta de transformação social ou política que adviesse dos setores populares (supostamente irracionais e não propensos à associação) seria tolerada pelo Estado ou pelas Forças Armadas.

As Forças Armadas do Brasil, assim, seriam, de fato, profissionais, mas profissionais no controle e repressão internos. O controle civil seria nulo e as demandas populares por transformação seriam consideradas subversivas e atentatórias à evolução natural da sociedade brasileira.

Controle civil *via* elitismo e populismo

Há muitas formas de se estudar o fenômeno democrático (HELD, 2006). Para os propósitos deste artigo é útil que se considere o modelo elitista e o modelo populista/pretoriano (este último não abordado por Held).

Um dos grandes trabalhos que apresentam a teorização do elitismo competitivo é “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, de Schumpeter. Nesse trabalho, Schumpeter entende democracia como “political method, an institutional arrangement for arriving at political – legislative and administrative – decisions by vesting in certain individuals the power to decide on all matters as a consequence of their successful pursuit of the people’s vote” (SCHUMPETER, apud HELD, p. 142). Assim sendo, a democracia se apresenta em forma estritamente procedimental e como instrumento para consecução de políticas públicas,

e seus dirigentes, membros de uma elite organizada em partidos. Aos cidadãos cabe, assim, o direito de, periodicamente, autorizar ações governamentais em seu nome através do momento eleitoral.

O modelo elitista rejeita a fórmula “o poder é do povo”, em prol de outra: “o poder é dos governantes”. As demandas populares devem se adequar ao espaço proporcionado pelos partidos e orientarem-se segundo uma lógica de abstenção de apresentação de demandas de forma direta, espontânea ou não-institucional. A participação na política deve ser mínima, e o restante do tempo deve ser vivido por cada um na busca de seus interesses privados. Tal seria a proposta democrática para sociedades industriais avançadas e de massa

Lançando o olhar para outra interpretação da democracia, observa-se como princípio básico da democracia populista a relação íntima, afetiva e direta entre o líder populista e a massa. A existência da arena congressual é desnecessária ou meramente decorativa, pois o que interessa é o nexos direto entre vontades. Nem sempre fica claro se a vontade predominante é a do líder ou das massas, mas é claro que uma democracia desses moldes peca no sentido inverso daquele observado em Schumpeter: no populismo, os procedimentos racionais e institucionais tendem a desaparecer por completo, engolfados pela dialética irrequieta líder x massa, a previsibilidade do regime governado por elites seria substituída pelo convívio contínuo com variados graus de tumulto e volatilidade política.

Uma sociedade pretoriana é caracterizada, principalmente, pela grande ativação política em face de poucos, no limite nenhum, canais para institucionalização dessa ativação. Nesse caso, o acúmulo de demandas por participação não encontra um caminho racional para os centros decisórios, transbordando, assim para as ruas (entre o fluxo de demandas e o centro do poder só há um vazio, e esse vazio é transportado para a rua). A política feita nas ruas via de regra tem a violência como instrumento e, nesse instante, ou o ator populista surge para galvanizar e conduzir as demandas segundo um dado projeto, ou o ator militar se apresenta para restaurar algum tipo de ordem pública.

As propostas de Finer podem ser assim coordenadas (sem a pretensão da exaustão) com os modelos de democracia acima expostos:

1. Cultura política madura ou elevada com democracia de elites: controle civil que indica intervenção militar constitucional/legal na política, pela via da influência.
2. Cultura política baixa ou nula com democracia de elites: controle inexistente, num cenário que pode conter cooptação militar por parte das elites ou vice-versa, ou, ainda: regime burocrático-autoritário com eleições não-competitivas ou manipuladas e controle militar; ditadura pessoal, gerontocrática ou religiosa com rotatividade seletiva de elites.

3. Cultura política madura ou elevada com democracia populista/pretoriana: impossível.

4. Cultura política baixa ou nula com democracia populista/pretoriana: populismos como o de Vargas ou Perón, com apoio militar espelhado no surgimento de lideranças pessoais no meio armado (como Cordeiro de Farias); controle civil através da submissão das Forças Armadas ao movimento populista, com espaço para sublevações militares ocasionais de perfil revolucionário ou mesmo restaurador.

Fazendo o mesmo exercício, desta feita utilizando as propostas de Finer em face do determinismo histórico:

1. Cultura política elevada ou madura com democracia e elites: resultado inevitável de um passado adequado aos moldes da democracia e do liberalismo. Estado ideal a ser perseguido pelos demais países.

2. Cultura política baixa ou nula com democracia de elites: “pura arte de construção no vácuo”.

3. Cultura política madura ou elevada com democracia populista/pretoriana: impossível. A história do país não teria permitido.

4. Cultura política baixa ou nula com democracia populista/pretoriana: resultado inevitável de um passado refratário aos moldes da democracia e do liberalismo. Estado imperfeito que deve se esforçar por seguir os passos dos países com cultura política elevada e democracia de elites.

Em todos os casos acima o comportamento da variável dependente, a profissionalização, é claramente transigente: quanto mais elevada a cultura política e mais ocorre a “história adequada”, mais a profissionalização se volta para ameaças externas e a condução da política é deixada a cargo dos civis. Quanto menos favorável é a história e mais baixa a cultura política, maior o messianismo militar com a justificativa de ser instrumento de correção dos rumos do país.

Em nenhum dos casos acima a proposição huntingtoniana (profissionalização = preocupação com assuntos externos = afastamento do militar da política) é verificável.

Instituições *versus* condições

O uso de Samuel Finer joga luz numa relação importante em toda prática política: a relação instituições x condições. Em outras palavras: instituições, por si só, não são capazes

de, automaticamente, moldar comportamentos. A história tem um ritmo próprio, nem sempre palatável àqueles que vivem em tempos amargos.

A performance das instituições depende de variáveis que escapam ao objeto deste artigo, entretanto, é possível indicar que a ausência de um projeto político coeso, público e legítimo impede qualquer instituição de funcionar de forma ótima. Nesta afirmação estão incluídas as Forças Armadas: defendem mal quando se trata de ameaça externa, defendem mal quando se trata de ameaça interna, reprimem sempre e tornam-se inimigas da população.

A criação de instituições segundo o perfil histórico de um país pode conduzir ao dilema traduzido no pensamento autoritário brasileiro: povo politicamente iletrado requer governo autoritário.

O que se pode afirmar é que há uma tendência que indica a democracia estar mais apta ao florescimento em sociedades com desenvolvimento econômico associado a uma elevada divisão social do trabalho (existência de classe média urbana, bons níveis de educação, liberdades iguais, acesso a bons empregos e bons salários, etc). Não existe, entretanto, fórmula para alcançar este patamar, nem institucional, nem histórica.

Assim, quando se trata de instituições *versus* condições, impera a incerteza de uma dialética imprevisível.

1. Cultura política madura ou elevada com democracia de elites: catástrofes naturais, crise política, corrupção, amorfia social, podem destruir a institucionalidade.

2. Cultura política baixa ou nula com democracia de elites: catástrofes naturais, crise política, corrupção podem perpetuar as condições miseráveis do país ou impulsionar a população rumo à revolução. É impossível prever.

3. Cultura política madura ou elevada com democracia populista/pretoriana: as instituições ofereceriam resistência a este cenário.

4. Cultura política baixa ou nula com democracia populista/pretoriana: idem tópico 2.

O exercício acima com as premissas do determinismo histórico:

1. Cultura política madura ou elevada com democracia de elites: a dialética sempre conduziria ao avanço, ao progresso, á virtude.

2. Cultura política baixa ou nula com democracia de elites: a dialética sempre conduziria a sociedade em questão para um momento pior do que o anterior.

3. Cultura política madura ou elevada com democracia populista/pretoriana: dialética inexistente em cenário impossível.

4. Cultura política baixa ou nula com democracia populista/pretoriana: idem tópico 2.

Conclusão

O objetivo deste artigo foi fornecer subsídios para a discussão da relação civil-militar no Brasil. Como necessidade primordial, tratou-se de demonstrar a insuficiência das proposições de Samuel Huntington, por serem unilineares, unidimensionais e normativas, além de voltadas exclusivamente para a experiência dos Estados Unidos.

Os subsídios aqui fornecidos concentram-se em: a) cultura política: b) adequação do controle civil à democracia (a escolha dos modelos aqui abordados segue o princípio da facilidade analítica neste espaço). Em poucas palavras: a profissionalização militar é dependente de outras variáveis, e pode ter o efeito inverso daquele previsto por Huntington. Não faz sentido discutir e analisar a relação civil-militar fora de um ambiente democrático, pois mesmo nos ambientes elitista e populista, a sede do poder não está nas Forças Armadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade. O Exército e a política na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

COSTA, Frederico Carlos de Sá. Oliveira Vianna e o problema institucional brasileiro. In: **Cadernos de Sociologia e Política.** Fórum de alunos do IUPERJ. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Doutrina de Segurança nacional: entre o passado e o futuro.** Tese de doutorado defendida no IUPERJ, 2008.

_____. A relação civil-militar e os Estudos Estratégicos. **Teoria e Sociedade**, n.21, Jan-Jul, Belo Horizonte, 2014

FINER, Samuel. **The man on horseback.** Londres: Transaction Publishers, 2002.

HELD, David. **Models of democracy.** Cambridge: Polity Press, 2006.

HUNTINGTON, Samuel P. **The Soldier and the State.** Nova Iorque: Vintage Books, 1957.

Sobre o autor

Frederico Carlos de Sá Costa possui graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002) e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro - IUPERJ (2008). Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense, na cadeira de Teoria Política dos Estudos Estratégicos Tem experiência na área de Ciência Política, atuando principalmente nos seguintes temas: relação civil-militar, soberania, exceção.



O DISCURSO DE XI JINPING EM DAVOS E A CONSTRUÇÃO DO SÉCULO XXI

**Prof. Doutor Fernando
Roberto de Freitas Almeida**

Universidade Federal Fluminense
(UFF), Niterói–RJ, Brasil;
freitasalmeida03@yahoo.com.br

RESUMO: O futuro do mundo será marcado pela ascensão da China, uma consequência direta de seu crescimento econômico por décadas. Num momento em que o governo dos EUA promove um ajustamento de sua posição no cenário internacional, as declarações do governo chinês, com vistas a um aprofundamento da globalização em bases diferentes, mediante novas associações e projetos grandiosos precisam ser muito bem analisadas.

Palavras-chaves: Organização de Cooperação de Xangai. Nova Rota da Seda. Política externa dos EUA.

ABSTRACT: The future of the world will be marked by the rise of China, a direct consequence of its economic growth for decades. At a time when the US government is promoting an adjustment of its position on the international scene, the Chinese government's statements, with a view to deepening globalization on different bases, through new associations and grandiose projects need to be very well analyzed.

Key-words: Shanghai Cooperation Organization. New Silk Route. USA foreign policy



Muito se tem escrito sobre o processo continuado de declínio da participação da economia estadunidense na mundial, em geral considerado como decadência dos EUA, sem que se atente para a longa permanência da hegemonia daquele país, o emissor da moeda internacional por excelência, além de sua notável preeminência nas áreas científica, tecnológica, militar e cultural. Com efeito, ocorre há décadas um reajustamento, uma readequação no sistema internacional, em razão da recuperação das economias de concorrentes dos EUA, muito mutilados pela destruição da II Guerra Mundial. Sua enorme distância dos europeus no imediato pós-guerra, por exemplo, que “deixou atônito” o general Charles de Gaulle (afirmação de Jean Monnet, reproduzida por Jeffrey A. Frieden, 2008) deve ser vista como uma situação anômala que, vinte anos depois, já estava corrigida.

O fato de os EUA procurarem hoje manter sua supremacia em todas as áreas, em especial a militar, mas terem dificuldades em conservar seus antigos aliados associados a seu projeto (uma governança global liberal sob seu controle) ou a partilharem os custos da manutenção do que entendem por bens públicos globais (KAGAN, 2003) chama a atenção para a questão do aparecimento de novos poderes no ordenamento global. Alguns deles são anti-hegemônicos, portadores de projetos próprios, defendidos com determinação. Evidentemente, nessa arena desponta a República Popular da China, que já detém a maior economia do mundo, pelo conceito de Paridade do Poder de Compra. Seu projeto de modernização teve o sucesso que a *perestroika* soviética não teve, e como vêm demonstrando argutos analistas ocidentais, como André Gunder Frank (2008), Giovanni Arrighi (2008) e Loretta Napoleoni (2014), em vários aspectos mostram alternativas a serem seguidas por outros povos de países considerados “emergentes”. Isso leva à grande inquietação por parte dos antigos poderes há muito assentados.

Num momento em que a nova gestão na Casa Branca, por suas ações inusitadas, parece disposta a renunciar à coordenação do ambiente globalizado, como analisou recentemente o editor-chefe de *Foreign Policy* Moisés Naim (2017) aparentemente desconsiderando que o processo de globalização é associado com frequência à “americanização” do mundo, Xi Jinping, o presidente chinês, no Fórum Econômico Mundial, em Davos, propõe o oposto: o avanço da globalização.

Cada vez mais, é necessário atentar para os demais agentes relevantes no sistema internacional, entre os quais há tempos desponta a República Popular da China. O marcante discurso de Xi Jinping, proferido em 17 de janeiro de 2017, em Davos, precisa ser difundido, bem analisado, e segue no box:

Estou muito contente de vir a essa bela Davos. Embora pequena cidade nos Alpes, Davos é janela importante para tomar o pulso da economia global. Pessoas de todo o mundo aqui vêm para trocar pensamentos e ideias, o que amplia a visão de todos. Isso faz da reunião anual do Fórum Econômico Mundial (FEM, ing. WEF) esse evento de brainstorming econômico, que eu chamo de “economia de [prof. Klauss] Schwab”.

“Foi o melhor dos tempos, foi o pior dos tempos.” Assim Charles Dickens descreveu o mundo da Revolução Francesa.[1] Hoje, também vivemos num mundo de contradições. Por um lado, com a crescente riqueza material e os avanços na ciência e tecnologia, a civilização humana se desenvolveu como nunca antes. Por outro lado, os conflitos regionais frequentes, os desafios globais – como o terrorismo e os refugiados –, bem como a pobreza, o desemprego e a crescente disparidade de rendimentos contribuíram para as incertezas do mundo.

As pessoas sentem-se perplexas e perguntam-se: o que deu errado com o mundo?

Para responder a esta pergunta, é preciso primeiro rastrear a origem do problema. Alguns culpam a globalização econômica pelo caos no mundo. A globalização econômica foi vista de início como a caverna do tesouro de Ali Babá nas Mil e Uma Noites. Agora, para muitos, está convertida na caixa de Pandora. A comunidade internacional debate ferozmente a globalização econômica.

Hoje, desejo abordar a economia global no contexto da globalização econômica.

O que quero dizer aqui é que muitos dos problemas que preocupam o mundo não são causados pela globalização econômica. Por exemplo, as ondas de refugiados do Oriente Médio e do Norte da África nos últimos anos tornaram-se preocupação global. Vários milhões de pessoas foram deslocadas, crianças pequenas perderam a vida ao atravessar o mar agitado. São mortes realmente dolorosas. A guerra, o conflito e a turbulência regional criaram este problema, e a solução deles está em se fazer a paz, promover a reconciliação e restaurar a estabilidade.

A crise financeira internacional é outro exemplo. Não é resultado inevitável da globalização econômica. É, sim, a consequência de o capital financeiro perseguir exageradamente os lucros a extrair do capital financeiro e grave falha na regulamentação das finanças. Culpar só a globalização econômica pelos problemas do mundo não dá conta da realidade, é inconsistente e não ajudará a resolver os problemas.

Do ponto de vista histórico, a globalização econômica resultou da crescente produtividade social e é resultado natural do progresso científico e tecnológico, não foi inventada por indivíduos ou países. A globalização econômica tem impulsionado o crescimento global e facilitado a circulação de bens e capital, os avanços da ciência, tecnologia e civilização e as interações entre os povos. Mas também devemos reconhecer que a globalização econômica é uma espada de dois gumes.

Quando a economia global está sob pressão descendente, é difícil fazer o crescer o bolo da economia global. Pode mesmo acontecer de ele encolher, o que prejudicará as relações entre crescimento e distribuição, entre capital e trabalho, e entre eficiência e equidade. Tanto os países desenvolvidos quanto os em desenvolvimento sentiram o soco. E muitas

vozes contrárias à globalização distribuíram armadilhas ferozes na trilha do processo de globalização econômica que temos de considerar seriamente.

Como diz o verso de antigo poema chinês, “as uvas mais doces pendem de videiras amargas. Pêssegos doces crescem em cardos e espinhos”. É um modo filosófico de dizer que nada é perfeito no mundo. O quadro não está completo, se só mostra os méritos, nem algo tem de ser descartado se só se conhecem os defeitos. É verdade que a globalização econômica criou novos problemas. Nem por isso basta esse conhecimento para descartar completamente a globalização econômica. Em vez de descartá-la, temos de nos adaptar e orientar a globalização econômica, amortecer seu impacto negativo e disseminar os seus benefícios para todos os países e todas as nações.

Tempo houve em que a China também tinha dúvidas sobre a globalização econômica, e não tinha certeza se deveria aderir à Organização Mundial do Comércio. Mas chegamos à conclusão de que a integração na economia global é uma tendência histórica.

Para fazer crescer sua economia, a China tem de ter coragem para nadar no vasto oceano do mercado global. Quem vive intimidado, sempre com medo de enfrentar as tempestades e explorar o novo mundo, mais cedo ou mais tarde será surpreendido e pode acabar afogado no oceano. Por tudo isso, a China decidiu-se pelo passo corajoso, para abraçar o mercado global.

Tivemos a nossa quota-parte de falta de ar, de quase nos afogar, e houve redemoinhos e ondas agitadas, mas, no processo, aprendemos a nadar. A escolha provou ser estrategicamente certa.

Goste-se ou não, a economia global é o grande oceano do qual não se pode fugir. Não é possível cortar o fluxo de capital, tecnologias, produtos, indústrias e pessoas entre economias, assim como é impossível canalizar as águas oceânicas, de volta para lagos e riachos isolados. Simplesmente não é possível. Com efeito, é contrário à tendência histórica.

A história da humanidade nos diz que não se pode ter medo dos problemas. Deve-nos preocupar quem se recusa a enfrentar os problemas, não sabe o que fazer para resolvê-los e não cuide de aprender. Diante das oportunidades e dos desafios da globalização econômica, a coisa certa a fazer é aproveitar todas as oportunidades, enfrentar os desafios e traçar o caminho correto para a globalização econômica.

No Encontro dos Líderes Econômicos do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (ing. APEC), Lima, Peru, 19/11/2016], falei da necessidade de dar mais vigor ao processo de globalização econômica, torná-lo mais inclusivo e mais sustentável.

Temos de agir proativamente e gerir a globalização econômica de modo a libertar seu potencial positivo e reequilibrar todo o processo da própria globalização econômica. Devemos seguir a tendência geral, a partir das nossas respectivas condições nacionais, e tomar o caminho certo de integração na globalização econômica, ao ritmo adequado, caso a caso. Devemos encontrar um equilíbrio entre eficiência e equidade, para garantir que diferentes países, diferentes estratos sociais e diferentes grupos de pessoas compartilhem todos os benefícios da globalização

econômica.

Os povos de todos os países do mundo não esperam nada menos que isso, de nós. Essa é nossa inescapável responsabilidade como líderes, nos tempos que correm.

Senhoras e senhores,

Queridos amigos,

No momento, a tarefa mais premente que temos diante de nós é tirar a economia global da dificuldade em que está. A economia global permaneceu lenta por algum tempo. O fosso entre os pobres e os ricos e entre o Sul e o Norte só se amplia. A causa raiz é que três questões críticas na esfera econômica ainda não receberam tratamento efetivo.

[OS TRÊS PRINCIPAIS PROBLEMAS]

Primeiro, a ausência de forças motrizes potentes que empurrem o crescimento global, impede que o crescimento da economia global permaneça constante. A economia global cresce hoje ao ritmo mais lento dos últimos sete anos. O crescimento do comércio global é mais lento que o crescimento do PIB global. Os estímulos políticos de curto prazo são ineficazes. Mal se desenrola qualquer reforma estrutural fundamental.

A economia global atravessa período de movimento em direção a novos impulsionadores do crescimento; e diminuiu o peso dos tradicionais motores de impulsionar o crescimento. Surgiram novas tecnologias, como a inteligência artificial e a impressão 3-D, mas não se vê sinal de novas fontes de crescimento. Não há ainda sequer como antever qualquer nova saída para a economia global.

Em segundo lugar, uma governança econômica global inadequada dificulta a adaptação a novos desenvolvimentos na economia global.

Madame Christine Lagarde disse-me recentemente que os mercados emergentes e os países em desenvolvimento já contribuem com 80% do crescimento da economia global. O panorama econômico global mudou profundamente nas últimas décadas. No entanto, o sistema de governança global não assumiu, não encampou as mudanças recentes e, portanto, tornou-se inadequado, em termos de representação e inclusividade.

A paisagem industrial global está mudando e novas cadeias industriais, cadeias de valor e cadeias de suprimentos estão tomando forma. Contudo, as regras do comércio e do investimento não acompanharam esta evolução, o que resultou em problemas agudos, como os mecanismos fechados e regras fragmentadas.

O mercado financeiro global precisa ser mais resiliente em relação aos riscos, mas o mecanismo de governança financeira global não consegue satisfazer a nova exigência e, portanto, não tem meios para resolver eficazmente problemas como a frequente volatilidade dos mercados financeiros internacionais e as bolhas de ativos, que se acumulam.

Em terceiro lugar, o desenvolvimento global desigual dificulta a satisfação das expectativas de melhores condições de vida, que todas as pessoas têm.

Dr. Schwab observou em seu livro *A Quarta Revolução Industrial* que a atual rodada de revolução industrial terá impactos amplos e de longo alcance, como a desigualdade crescente; e especialmente a possível ampliação da distância entre retorno do capital e retorno sobre o trabalho.

O 1% mais rico da população do mundo possui mais riqueza do que os

restantes 99%. A desigualdade na distribuição de renda e no espaço de desenvolvimento é preocupante. Mais de 700 milhões de pessoas no mundo ainda vivem em extrema pobreza. Para muitas famílias, uma casa aquecida, comida suficiente e emprego seguro ainda é sonho distante. Este é o maior desafio que o mundo enfrenta atualmente. É também o que está por trás da turbulência social em alguns países.

Tudo isso mostra que existem de fato problemas com o crescimento econômico mundial, governança e modelos de desenvolvimento, e eles precisam ser resolvidos. O fundador da Cruz Vermelha, Henry Dunant, disse uma vez: “Nosso verdadeiro inimigo não é o país vizinho; É a fome, a pobreza, a ignorância, a superstição e o preconceito”.

[O QUE FAZER]

Precisamos ter visão para dissecar esses problemas. Mais importante, precisamos ter a coragem de tomar medidas para enfrentá-los.

– INOVAR (mas na direção correta)

Primeiro, devemos desenvolver um modelo de crescimento dinâmico e orientado para a inovação. A questão fundamental que assola a economia global é a falta de força motriz para crescer. A inovação é a principal força que orienta o desenvolvimento.

Ao contrário das revoluções industriais anteriores, a quarta revolução industrial está se desenvolvendo em um ritmo exponencial, não em ritmo linear. Temos de buscar implacavelmente a inovação. Só com coragem para inovar e reformar podemos eliminar os estrangulamentos que bloqueiam o crescimento e o desenvolvimento globais.

Com isso em mente, os líderes do G-20 chegaram a um consenso importante na Cúpula de Hangzhou: assumir a inovação como fator chave e promover nova força motriz de crescimento, tanto para os países nacionalmente considerados, como para a economia global.

Temos de desenvolver uma nova filosofia de desenvolvimento e superar o debate sobre se deve haver mais estímulo fiscal ou mais flexibilização monetária.

Devemos adotar uma abordagem multifacetada, para abordar os sintomas e os problemas subjacentes.

Devemos adotar novos instrumentos de política e avançar a reforma estrutural para criar mais espaço para o crescimento e para manter o ímpeto do crescimento.

Devemos desenvolver novos modelos de crescimento e aproveitar as oportunidades apresentadas pela nova rodada de revolução industrial e economia digital.

Devemos enfrentar os desafios das alterações climáticas e do envelhecimento da população.

Devemos abordar o impacto negativo da aplicação de TI e automação nos trabalhos.

Ao cultivar novas indústrias e novos modelos de modelos de negócios, temos de cuidar para criar novos empregos e restaurar a confiança e esperança para os nossos povos.

– Modelo de cooperação aberta ganha-ganha

Em segundo lugar, devemos prosseguir uma abordagem bem coordenada e interligada para desenvolver um modelo de cooperação aberta e ganha-ganha.

Hoje, a humanidade tornou-se uma comunidade unida, de futuro compartilhado. Os países têm amplos interesses convergentes e são mutuamente dependentes. Todos os países gozam do direito ao desenvolvimento. Ao mesmo tempo, devem considerar seus próprios interesses, em contexto mais amplo e abster-se de buscá-los em detrimento de outros.

Devemos comprometer-nos a crescer uma economia global aberta, para compartilhar oportunidades e interesses mediante a abertura, para alcançar resultados ganha-ganha. Se diante de cada tempestade recuamos até o porto de partida, nunca chegaremos à outra margem do oceano.

Devemos redobrar esforços para desenvolver a conectividade global, para permitir que todos os países consigam crescimento interconectado e compartilhem prosperidade.

Devemos continuar empenhados em desenvolver o livre comércio e o investimento global, promover a liberalização e a facilitação do comércio e dos investimentos com abertura cada vez mais ampla.

Devemos dizer não protecionismo. Perseguir o protecionismo é como se autobloquear a si mesmo num quarto escuro. Se assim se bloqueia vento e chuva, assim também se bloqueia a luz e o ar. Numa guerra comercial, ninguém emergirá como vencedor.

– MODELO DE GOVERNANÇA JUSTA E EQUITATIVA

Terceiro, devemos desenvolver um modelo de governança justa e equitativa, de acordo com a tendência dos tempos. Como diz o ditado chinês, gente de cabeça fraca prefere questões triviais; gente de cabeça forte prefere questões de mando e da governança.

Há um apelo crescente da comunidade internacional para que se reforme o sistema de governação econômica global – e essa é tarefa urgente para nós.

Só quando se adaptar a novas dinâmicas da arquitetura econômica internacional, o sistema de governança global conseguirá sustentar o crescimento global.

Países, grandes ou pequenos, fortes ou fracos, ricos ou pobres, são todos membros iguais da comunidade internacional. Como tal, têm o direito de participar na tomada de decisões, gozar de direitos e cumprir as suas obrigações em pé de igualdade. Os mercados emergentes e os países em desenvolvimento merecem maior representação e voz.

A reforma das quotas do FMI de 2010 entrou em vigor e a sua dinâmica deve ser mantida. Devemos aderir ao multilateralismo, para defender a autoridade e a eficácia das instituições multilaterais.

Devemos honrar as promessas e cumprir as regras. Não se pode escolher ou dobrar as regras como um ou outro bem entenda.

O Acordo de Paris foi duramente conquistado. E está de acordo com a tendência subjacente do desenvolvimento global. Todos os signatários devem cumpri-lo, em vez de se afastar dele, pois esta é uma responsabilidade que devemos assumir para as gerações futuras.

– Uma filosofia e um modelo de desenvolvimento sólido; e tornar o desenvolvimento equitativo, eficaz e equilibrado.

Em quarto lugar, devemos desenvolver um modelo de desenvolvimento equilibrado, equitativo e inclusivo. Como dizemos os chineses: “Todos devemos perseguir a causa justa, para o bem comum”.

Desenvolvimento é necessidade, em última análise, de todas as pessoas. Para alcançar um desenvolvimento mais equilibrado e assegurar que as pessoas tenham igual acesso às oportunidades e participem dos benefícios do desenvolvimento, é crucial ter uma filosofia e um modelo de desenvolvimento sólido e tornar o desenvolvimento equitativo, eficaz e equilibrado.

Devemos fomentar uma cultura que valorize a diligência, a frugalidade e o empreendimento de todos, e respeite os frutos do trabalho árduo de todos.

Deverá ser dada prioridade à luta contra a pobreza, o desemprego, o aumento da disparidade de rendimentos, e às preocupações dos desfavorecidos para promover a igualdade e justiça sociais.

– Buscar a harmonia entre o homem e a natureza e entre o homem e a sociedade

É importante proteger o meio ambiente, procurando o progresso econômico e social, de modo a alcançar a harmonia entre o homem e a natureza e entre o homem e a sociedade.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável deve ser implementada, para alcançar um desenvolvimento equilibrado em todo o mundo.

Adágio chinês diz: “A vitória é garantida, quando as pessoas juntam suas forças. O sucesso é garantido quando as pessoas se juntam”.

Se mantivermos a meta de construir uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade e se trabalharmos lado a lado para cumprir nossas responsabilidades e superar as dificuldades, seremos capazes de criar um mundo melhor e de proporcionar melhores vidas para os nossos povos.

Senhoras e senhores,

Queridos amigos,

A China tornou-se a segunda maior economia do mundo graças a 38 anos de reforma e abertura. Caminho correto leva a futuro brilhante.

A China chegou até aqui porque o povo chinês, sob a liderança do Partido Comunista da China, abriu um caminho de desenvolvimento realmente adaptado às condições reais da China.

Este é caminho firmemente baseado nas realidades da China.

Nos últimos anos, a China vem conseguindo empreender um caminho de desenvolvimento bem adequado tanto à sabedoria de sua civilização, quanto às práticas de outros países, tanto no Oriente como no Ocidente.

Ao explorar esse caminho, a China se recusa a permanecer insensível aos tempos em mudança; e a seguir sem refletir passos de outros. Todos os caminhos levam a Roma. Nenhum país deve considerar o seu próprio caminho de desenvolvimento como o único viável. Muito menos deve tentar impor a outros o seu próprio caminho de desenvolvimento a outros.

O caminho que a China escolheu e aqui expomos, põe em primeiro lugar os interesses das pessoas. A China segue uma filosofia de desenvolvimento orientada para as pessoas e está empenhada em melhorar a vida das pessoas.

Desenvolvimento é trabalho do povo, é construção do povo e deve beneficiar o povo. A China persegue o objetivo da prosperidade comum.

Tomamos medidas importantes para aliviar a pobreza e retirar mais de

700 milhões de pessoas da pobreza, e continuamos avançando nos nossos esforços para completar a construção de uma sociedade de prosperidade inicial, em todos os aspectos.

O caminho da China é caminho para fazer reformas e inovar. A China sempre enfrentou com reformas as dificuldades e os desafios em seu caminho.

A China tem dado provas de coragem diante de questões difíceis que enfrentamos, de que sabemos navegar em corredoiras traiçoeiras e remover barreiras institucionais que estejam no caminho do desenvolvimento. Esses esforços nos qualificam para estimular a produtividade e a vitalidade social.

Com base nos progressos de 30 anos de reformas, introduzimos mais de 1.200 medidas de reforma nos últimos quatro anos – o que injetou ímpeto poderoso no desenvolvimento da China.

O caminho da China é caminho para chegar ao desenvolvimento para todos mediante a abertura. A China está comprometida com uma política fundamental de abertura e prossegue uma estratégia de abertura e ganha-ganha.

O desenvolvimento da China é simultaneamente nacional e orientado para o exterior: enquanto se desenvolve, a China também compartilha mais de seus resultados de desenvolvimento, com outros países e povos.

Realizações de desenvolvimento de destaque da China e os padrões de vida muito melhorada do povo chinês são uma bênção para a China e para o mundo. Tais conquistas no desenvolvimento ao longo das últimas décadas devem-se ao trabalho árduo e perseverança do povo chinês, uma qualidade que define a nação chinesa há milhares de anos.

Nós chineses sabemos muito bem que não há almoço grátis. Para um país grande com mais de 1,3 bilhão de pessoas, o desenvolvimento só pode ser alcançado com a dedicação e incansáveis esforços do próprio povo chinês.

Não podemos esperar que os outros ofereçam desenvolvimento à China. Nem ninguém teria meios para fazê-lo.

[SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA CHINA]

Ao avaliar o desenvolvimento da China, não se deve apenas ver os benefícios que o povo chinês obteve, mas também o esforço de todos os chineses; não só os feitos da China, mas também o que a China tem feito para o mundo. Assim afinal chegaremos a uma conclusão equilibrada sobre o desenvolvimento da China.

Entre 1950 e 2016, apesar de seu modesto nível de desenvolvimento e padrão de vida, a China proporcionou mais de 400 bilhões de yuans de assistência externa, realizou mais de 5.000 projetos de assistência externa, incluindo quase 3.000 projetos completos e realizou mais de 11.000 oficinas de treinamento na China para mais de 260.000 pessoas de outros países em desenvolvimento. Desde que lançou a Reforma e Abertura, a China atraiu mais de US \$ 1,7 trilhão de investimento estrangeiro e fez mais de US \$ 1,2 trilhão de investimento direto de saída, fazendo enorme contribuição para o desenvolvimento econômico global.

Nos anos que se seguiram ao início da crise financeira internacional, a China contribuiu com mais de 30% do crescimento global anualmente em média. Todos esses números estão entre os mais altos do mundo.

Os números falam por si mesmos. O desenvolvimento da China é uma oportunidade para o mundo. A China não só se beneficiou da globalização econômica, mas também contribuiu para ela. O rápido crescimento na China tem sido um motor sustentado e poderoso para a estabilidade econômica global e expansão. O desenvolvimento interligado da China e de um grande número de outros países tornou a economia mundial mais equilibrada. A notável realização da China na redução da pobreza contribuiu para um crescimento global mais inclusivo. E o progresso contínuo da China em reformas e abertura deu muito impulso a uma economia mundial aberta.

Nós chineses sabemos muito bem o que é preciso para alcançar a prosperidade, por isso aplaudimos as realizações feitas por outros e desejamos-lhes um futuro melhor. Não temos ciúmes do sucesso dos outros. Não vamos reclamar de outros que se beneficiaram tanto das grandes oportunidades apresentadas pelo desenvolvimento da China. Vamos abrir nossos braços para o povo de outros países e recebê-los a bordo do trem expresso do desenvolvimento da China.

Senhoras e senhores,

Queridos amigos,

Sei que todos vocês estão acompanhando de perto o desenvolvimento econômico da China, e permitam-me oferecer-lhes uma atualização sobre o estado da economia da China.

A economia chinesa entrou no que chamamos de um novo normal. Observam-se grandes mudanças em termos de taxa de crescimento, modelo de desenvolvimento, estrutura econômica e motores do crescimento. Mas os fundamentos econômicos que sustentam o desenvolvimento sólido permanecem inalterados.

Apesar de uma economia global lenta, a economia de China deve crescer 6,7% em 2016, ainda um dos índices mais altos do mundo. A economia da China é muito maior em tamanho hoje, do que no passado, e agora gera mais produção do que a que tivemos com crescimento de dois dígitos, no passado. O consumo doméstico e o sector dos serviços tornaram-se os principais motores do crescimento. Nos três primeiros trimestres de 2016, o valor agregado da indústria terciária absorveu 52,8% do PIB e o consumo interno contribuiu para 71% do crescimento econômico. O rendimento e o emprego dos agregados familiares aumentaram de forma constante, enquanto o consumo de energia por unidade de PIB continua a diminuir. Nossos esforços para buscar o desenvolvimento verde estão dando frutos.

A economia chinesa enfrenta uma pressão descendente e muitas dificuldades, incluindo a falta de correspondência entre o excesso de capacidade e a estrutura de demanda, a falta de força motriz interna para o crescimento, a acumulação de riscos financeiros e desafios crescentes em determinadas regiões. Nós vemos esses pontos como dificuldades temporárias que acontecem pelo caminho. E as medidas que tomamos para resolver esses problemas estão produzindo bons resultados. Estamos firmes em nossa determinação em avançar.

A China é o maior país em desenvolvimento do mundo, com mais de 1,3 bilhão de pessoas, e seus padrões de vida ainda não são altos. Mas esta realidade também significa que a China tem enorme potencial e

muito espaço para o desenvolvimento. Orientados pela visão de desenvolvimento inovador, coordenado, verde, aberto e compartilhado, vamos nos adaptar ao novo normal, ficar à frente da curva, e fazer esforços coordenados para manter o crescimento constante, acelerar a reforma, ajustar a estrutura econômica, melhorar o padrão de vida das pessoas. E afastar riscos. Com estes esforços, pretendemos atingir uma taxa de crescimento médio-alto e melhorar a economia para o topo da cadeia de valor.

[O QUE A CHINA FARÁ]

A China se esforçará para melhorar o desempenho do crescimento econômico. Vamos prosseguir a oferta do lado da reforma estrutural como o objetivo geral, mudar o modelo de crescimento e atualizar a estrutura econômica.

Continuaremos a reduzir o excesso de capacidade, a reduzir o inventário, a fazer aparecer meios para financiamento, a reduzir os custos e a reforçar os elos fracos.

Vamos fomentar novos impulsionadores do crescimento, desenvolver um setor de manufatura avançado e atualizar a economia real. Implementaremos o plano de ação da Internet Plus para aumentar a demanda efetiva e atender melhor às necessidades individualizadas e diversas dos consumidores.

E faremos mais para proteger o ecossistema.

A China impulsionará a vitalidade do mercado para dar novo impulso ao crescimento. Intensificaremos os esforços de reforma em áreas prioritárias e os elos-chave, e permitiremos que o mercado desempenhe um papel decisivo na alocação de recursos.

A inovação continuará a ocupar um lugar proeminente na nossa agenda de crescimento. Sempre mantendo a estratégia de desenvolvimento orientada para a inovação, reforçaremos as indústrias estratégicas emergentes, aplicaremos novas tecnologias e fomentaremos novos modelos de negócios para melhorar as indústrias tradicionais. Vamos impulsionar novos impulsionadores do crescimento e revitalizar os tradicionais.

A China promoverá um ambiente propício e ordenado para o investimento. Vamos ampliar o acesso ao mercado para os investidores estrangeiros, construir zonas-piloto de livre-comércio de alto padrão, fortalecer a proteção dos direitos de propriedade e nivelar o campo de jogo para tornar o mercado da China mais transparente e mais bem regulado.

Nos próximos cinco anos, a China deverá importar US \$ 8 trilhões de bens, atrair US \$ 600 bilhões de investimento estrangeiro e fazer US \$ 750 bilhões em investimentos de saída. Os turistas chineses farão 700 milhões de visitas ultramarinas.

Tudo isso criará um mercado maior, mais capital, mais produtos e mais oportunidades de negócios para outros países. O desenvolvimento da China continuará a oferecer oportunidades para as comunidades empresariais de outros países. A China manterá sua porta aberta e não a fechará. Uma porta aberta permite que outros países cheguem ao mercado chinês e que a própria China integre-se ao mundo. E esperamos que outros países também mantenham sua porta aberta para os investidores

chineses e mantenham o campo de jogo aberto para nós.

A China promoverá vigorosamente um ambiente externo de abertura para o desenvolvimento comum. Promoveremos a construção da Área de Livre Comércio da Ásia-Pacífico e as negociações da Parceria Econômica Global Regional, para formar uma rede global de acordos de comércio livre. A China defende a conclusão de acordos de livre comércio regionais abertos, transparentes e vantajosos para todos; e se opõe a formar grupos exclusivos que são fragmentados na natureza.

A China não tem intenção de aumentar sua competitividade comercial, desvalorizando o RMB, e ainda menos lançará uma guerra cambial.

Há mais de três anos, apresentei a iniciativa “Um Cinturão, Uma Estrada” [ing. One Belt, One Road, OBOR “Novas Rotas da Seda”]. Desde então, mais de 100 países e organizações internacionais deram respostas calorosas e apoio à iniciativa. Mais de 40 países e organizações internacionais assinaram acordos de cooperação com a China, e nosso círculo de amigos ao longo do “Cinturão e Estrada” está crescendo. Empresas chinesas fizeram mais de US \$ 50 bilhões de investimentos e lançaram uma série de grandes projetos nos países ao longo das rotas, estimulando o desenvolvimento econômico desses países e criando muitos empregos locais. A iniciativa “Cinturão e Estrada” teve origem na China, mas tem trazido benefícios para muito além das fronteiras da China.

Em maio deste ano, a China vai sediar em Pequim o Fórum Cinturão e Estrada [ing. Belt and Road Forum para a Cooperação Internacional, que tem como objetivo discutir formas de aumentar a cooperação, construir plataformas de cooperação e compartilhar resultados de cooperação. O fórum também explorará formas de abordar os problemas enfrentados pela economia global e regional, criar nova energia para prosseguir o desenvolvimento interconectado e novos meios para que a Iniciativa Cinturão e Estrada ofereça maiores benefícios para as pessoas dos países envolvidos.

Senhoras e senhores,

Queridos amigos,

A história mundial mostra que o caminho da civilização humana nunca foi suave e que a humanidade fez progressos cada vez que superou dificuldades. Nenhuma dificuldade, por mais assustadora que seja, impedirá a humanidade de avançar. Frente às dificuldades, pouco ajuda nos queixar de nós mesmos, culpar os outros, perder a confiança ou fugir das responsabilidades. Devemos juntar as mãos e enfrentar o desafio. A história é criada pelos valentes. Vamos aumentar a confiança, agir e marchar de braços dados em direção a um futuro brilhante.

Obrigado.

Tradução: Vila Vudu

FONTE: <http://waltersorrentino.com.br/2017/02/03/presidente-chines-xi-jinping-aborda-em-davos-aspectos-das-tensoes-mundiais-discurso-ao-forum-economico-de-davos/>

[1] A frase aparece em Um Conto de Duas Cidades (1859) sobre a Revolução Francesa, não a Revolução Industrial, como se lê na versão em inglês desse discurso. Sem poder verificar em chinês o que o pres. Xi realmente disse, ficam a correção no texto, e a nota, aqui [NTs].

Chomsky (2017, p, 93) afirmou:

O declínio norte-americano é uma realidade, embora a sua versão apocalíptica reflita a percepção bastante conhecida da classe dominante de que qualquer outra coisa exceto o controle total acarreta o desastre total. Apesar dos patéticos lamentos, os Estados Unidos continuam sendo, por larga margem, o maior poder do mundo, a potência mundial dominante, e não há competidores à vista, e não apenas em dimensões militares, nas quais, é claro, os EUA reinam supremos.

Concomitantemente, o republicano Donald Trump desfaz a Parceria Trans-Pacífico, retira seu país do Acordo de Paris, e se atrita com vizinhos próximos e inimigos e adversários distantes. A China, em resposta, relança de modo espetacular a ideia da Rota da Seda e, na última cúpula da Organização de Cooperação de Xangai¹, OCX, em Astana, capital do Cazaquistão, a maior associação política do mundo, em área e população, foram incorporados Índia e Paquistão. A OCX agora reúne quatro potências nucleares (China, Índia, Paquistão e Rússia) e vem discutindo alternativas ao dólar e à Otan. Inicialmente preocupada em combater o que os chineses consideram os “três males” (terrorismo, separatismo e extremismo), a entidade atualmente se preocupa em soluções “asiáticas” para dilemas da região e poderá aceitar futuramente o Irã como membro.

A antiga Pérsia, além de seu poder próprio, exerceu papel relevante nas relações Leste-Oeste por séculos, e poderá retomar algo dessa situação. A China lançou o projeto “Uma região, uma estrada”, para a retomada da milenar Rota da Seda, com previsão de mais de US\$ 1 trilhão em investimentos em infraestrutura. Abarcará mais de sessenta países, cobrindo a Europa, Ásia e África. O governo de Teerã sabe que administra o território estrategicamente localizado no centro desse projeto gigantesco, o que dá ao país um aspecto focal para a China. Os iranianos também, hoje, sentem-se em débito com os chineses, que os apoiaram – e apoiam – diante do embargo estabelecido pelos EUA e seus aliados, como apontou Arash Khamooshi (2017).

Maior aproximação entre a União Econômica Eurasiana, liderada pela Rússia, com o projeto do que vem realmente a ser as “Novas Rotas da Seda”, a Organização de Cooperação de Xangai, articulando o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e o Novo Banco de Desenvolvimento, levará a amplas movimentações mundo afora.

Esta Organização foi anunciada com os objetivos de aproximar a região, conforme referência anterior, no que se refere à cooperação em segurança, notadamente quanto a ameaças de terrorismo, extremismos e separatismo, mas as cooperações em economia e aspectos culturais ganham cada vez mais destaque.

¹ Fundada em 2001, com Cazaquistão, China, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão e Uzbequistão.

A tabela 01 apresenta os principais dados econômicos de seus participantes e do Irã, podendo-se perceber, de imediato, que quase a metade da população mundial se encontra dentro das fronteiras desses países.

Tabela 01: Organização para a Cooperação de Xangai – indicadores socioeconômicos – 2016

PAÍS	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO ¹	PIB (PPC-US\$) ²	RENDA PER CAPITA
Cazaquistão	2.724.900	18.360.353	468,8 bilhões	25.700
China	9.596.960	1.373.541.278	21,14 trilhões	14.600
Índia	3.287.263	1.266.883.598	8,721 trilhões	6.700
Paquistão	796.095	201.995.540	988,2 bilhões	5.100
Quirguistão	199.951	5.727.553	21,01 bilhões	3.500
Rússia	17.098.242	142.355.415	3,751 trilhões	26.100
Tadjiquistão	144.100	8.330.946	25,81 bilhões	3.000
Uzbequistão	447.400	29.473.614	202,3 bilhões	6.500
Irã	1.648.195	82.801.633	1,459 trilhão	18.100

¹ julho de 2016

² Paridade do Poder de Compra em 2016

FONTE: *World Factbook/CIA*

Evidentemente, a recuperação de parcela da capacidade russa de atuação no sistema internacional, o acentuado protagonismo econômico chinês e o imenso potencial da Índia criam expectativas de maior expressão do poder concentrado no espaço da OCX. Expectativas que incluem sua capacidade de resposta à aliança militar ocidental, a Otan, e ao poder do dólar na economia global.

Um belo jogo de xadrez está em curso, com novos movimentos, de consequências pouco previsíveis. Caso o Brasil ainda tivesse um projeto de política externa, estaria participando ativamente dessa movimentação histórica e irreversível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim. Origens e fundamentos do século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2008.

CHOMSKY, Noam. **Quem manda no mundo?** São Paulo: Planeta, 2017.

FRANK, André Gunder. Tigre de papel, dragão de fogo. In: SANTOS, Theotônio dos (coord.). **Os impasses da globalização. Hegemonia e contra-hegemonia** (vol. 1). Rio de Janeiro: PUC Rio, São Paulo: Loyola, 2003.

FRIEDEN, Jeffrey A. **Capitalismo global. História econômica e política do século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

KAGAN, Robert. **Do paraíso e do poder. Os Estados Unidos e a Europa na Nova Ordem Mundial.** Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

NAPOLEONI, Loretta. **Maonomics. Porque os comunistas chineses se saem melhores capitalistas do que nós.** Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2014.

Pesquisa na Internet

<http://waltersorrentino.com.br/2017/02/03/presidente-chines-xi-jinping-aborda-em-davos-aspectos-das-tensoes-mundiais-discurso-ao-forum-economico-de-davos/>

KHAMOOSHI, Arash. <http://exame.abril.com.br/mundo/para-a-china-o-ira-e-o-novo-centro-de-tudo/>

NAIM, Moisés. **Quem substitui os EUA**, disponível em internacional.estadao.com.br/noticias_geral-quem-substitui-os-eua-70001826217

Sobre o autor

Fernando Roberto de Freitas Almeida é economista formado pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1976. Graduado em Histoire et Civilisation, pela Aliança Francesa/Université de Nancy, em 1987. Mestre em História, na área de Relações Internacionais, pela Uerj. Doutor em História Política, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Formado em Fotografia, pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 1980. Professor adjunto do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense, lecionando no Departamento de Relações Internacionais e Estudos Estratégicos e no Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos. Vice-coordenador do curso de graduação em Relações Internacionais da UFF e do Núcleo de Estudos Estratégicos Avançados do Inest. Consultor da revista Animal Business Brasil, da Sociedade Nacional de Agricultura. Membro da Associação Brasileira de Arte Fotográfica. Experiência nas áreas de Economia Agrícola e História, atuando principalmente nos seguintes temas: segurança alimentar, comércio internacional, Economia Política Internacional e Relações Internacionais.





RESENHA

FREIXO, Adriano de; PEDONE, Luiz; RODRIGUES, Thiago Moreira; ALVES, Vágner Camilo (Org.). A Política Externa Brasileira na Era Lula: Um balanço. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

Taís Ristoff¹

A era Lula marcou um período de importantes transformações no Brasil e no mundo. No âmbito da política econômica doméstica, este governo trabalhou para a manutenção da estabilidade monetária ao mesmo tempo em que inovou ao investir pesado no fortalecimento do mercado interno. No cenário internacional, a perda de poder relativo dos Estados Unidos e a ascensão de alguns países médios passaram a indicar a tendência a certa multipolarização da ordem internacional. Ao mesmo tempo, a política externa foi orientada no sentido de atender aos anseios de desenvolvimento nacional e torná-la compatível com as novas condições econômicas, políticas e sociais do país. Esse conjunto de mudanças elevou o Brasil ao patamar de global player. Diante do término recente do governo Lula e dos desafios que se apresentam a partir da importância adquirida pelo Brasil nas relações internacionais, abre-se um amplo espaço de pesquisas sobre seus oito anos de governo e impõem-se novas reflexões em torno dessa temática para entender da forma mais completa possível as implicações dessas inflexões. Além da necessidade de uma vontade política e mesmo da definição de uma vontade nacional clara, a formulação de políticas de governo e de Estado dependem de uma leitura correta dos fatos. Nesse sentido, o envolvimento de pesquisadores e da comunidade científica de forma geral é fundamental para dar conta dessa nova realidade de um cada vez maior protagonismo do país no cenário internacional. Se na história do continente foi recorrente acatar acriticamente as teorias externas, gradativamente – principalmente a partir da criação da Cepal –, houve um maior reconhecimento da importância de se pensar o país e o continente de forma autônoma, de uma perspectiva interna que reflita as particularidades brasileiras e de se pensar e criar um instrumental teórico e conceitual que atendam aos interesses e necessidades nacionais e/ou regionais.

Tendo como base o Seminário de mesmo nome realizado, na UFF, em setembro de 2010, o livro “A Política Externa Brasileira na Era Lula: um balanço”, organizado por Adriano de Freixo, Luiz Pedone, Thiago Moreira Rodrigues e Vágner Camilo Alves, é um

¹ Doutoranda em Ciência Política – PPGCP/UFF



esforço bem sucedido nesse sentido ao reunir especialistas das mais variadas procedências que se debruçam sobre esta temática partir de enfoques teóricos e conceituais abrangentes e de objetos e subtemas variados.

No primeiro capítulo, Williams Gonçalves traça um panorama da política externa brasileira implementada pelo governo Lula – definida por ele como nacionalista – e fornece importantes orientações para se pensar a política externa segundo sua lógica mais ampla. Em seguida, diversos artigos tratam de aspectos particulares da política externa do governo Lula. Alexandre Fortes tenta entender a PEB do período a partir de influências da trajetória da construção da liderança política do presidente Lula e da evolução e amadurecimento programático do Partido dos Trabalhadores. A análise da política externa do ponto de vista das mídias, e o destaque que a PEB passou a nela ter, é analisado por Monica Lessa e Leandro Galvão, no capítulo seguinte. Para finalizar esse eixo temático, Samuel Alves Soares tem como foco os aspectos referentes à defesa, que, segundo o autor, precisa se adequar às mudanças internas e à vontade de potência brasileira.

A segunda parte do livro é reservada para artigos que analisam a política externa em relação a alguns países ou grupos de países específicos de extrema relevância para o país. São dois artigos – de Rafael Ioris e Fernando Vale Castro – para examinar as historicamente centrais relações entre Brasil e Estados Unidos. A política externa brasileira para a América do Sul, área estratégica nas relações exteriores do país, é o tema do artigo de Miriam Gomes Saraiva. Bernardo Kocher faz uma reflexão sobre a articulação dos BRICS, entendido como forma de ocupar espaços em aberto no sistema internacional em transformação. O aprofundamento das relações Brasil-Rússia da última década é o objeto de investigação de Ângelo Segrillo. Por fim, José Flávio Sombra Saraiva se debruça sobre a nova política brasileira para a África. Para fechar o livro, no posfácio, Adriano de Freixo e Jacqueline Ventapane brindam os leitores com um balanço da produção acadêmica existente sobre a política externa brasileira da era Lula e algumas importantes referências da área, a que este livro se soma.

O livro oferece, assim, uma discussão profunda e abrangente sobre os novos rumos da política externa brasileira, assim como de outros períodos da história. Fornece, por sua qualidade intelectual e pluralidade, instrumentos de análise inestimáveis para uma compreensão clara do papel do Brasil no mundo, a forma como o país nele se reinseriu ao longo do governo Lula e suas perspectivas e possibilidades futuras.

Sobre a autora

Taís Ristoff é graduada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Metodista Bennett, especialista em História das Relações Internacionais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, atualmente, doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF).





DIRETRIZES PARA AUTORES

1. Todas as submissões devem ser enviadas para o e-mail revistahoplos@gmail.com e trazer o título “Submissão de Artigo”, no campo “Assunto”.
2. Os artigos submetidos devem ser inéditos e redigidos em português, espanhol ou inglês.
3. O arquivo a ser enviado deve estar em formato .doc ou .docx e somente a formatação padrão do texto deve ser utilizada. Os autores devem retirar sua identificação das propriedades do arquivo.
4. O autor deve submeter dois arquivos:
 - 4.1. O primeiro contendo título, resumos, palavras chave, corpo do texto e referências. No texto do artigo, o responsável pela submissão deve eliminar qualquer referência que possa permitir sua identificação.
 - 4.2. O segundo, a ser submetido como suplementar, contendo a identificação dos autores, sua titulação máxima e a instituição a qual se encontra atualmente filiado, um resumo do curriculum vitae de, no máximo, 5 linhas, contendo titulação e a função que desempenha na instituição à qual é filiado. Em casos de artigos com múltiplos autores, a informação de todos os autores deve ser apresentada. Neste mesmo arquivo, o autor poderá incluir agradecimentos, se desejar. Deve ser informado também se o artigo é fruto de pesquisa financiada por alguma agência de fomento, identificando a mesma.
5. O arquivo com o corpo do texto não deve conter nenhuma forma de identificação dos autores; a formatação do texto deve estar em espaço simples; fonte Times New Roman 12; uso do itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL) e as figuras e tabelas devem ser inseridas no texto, e não no final do documento na forma de anexos.
6. Os artigos devem conter o mínimo de 5000 e o máximo de 7.000 palavras, incluídos título, resumo e palavras chave (em português ou espanhol e em inglês), corpo do texto e notas de rodapé, excluídas as referências.
 - 6.1. Serão adotadas no máximo cinco palavras-chave em cada idioma. Elas devem se referir ao objeto de estudo do artigo e ao referencial teórico e/ou temática utilizada para análise.
7. Os artigos devem incluir um resumo em português ou espanhol e em inglês, entre 150 a 200 palavras para cada uma das versões. Lembramos que o resumo em ambos os idiomas integra o número mínimo e o máximo de palavras.
- 8- As resenhas devem focar em livros publicados nos últimos três anos. Não devem ter mais que 1.000 palavras, nem conter título, notas e bibliografia. Devem constar, no início, a referência bibliográfica completa da obra resenhada, incluindo o ISSN, breve resumo em



português ou espanhol e em inglês e 3 palavras-chave em português ou espanhol e em inglês.

9. As notas de rodapé devem se restringir a esclarecimentos adicionais ao texto. Todas as referências de fonte bibliográfica ou outras deverão ser feitas no corpo do texto, conforme o sistema de citação Chicago (AUTOR, data).

9.1 As citações devem estar no mesmo idioma que o artigo. Assim, será acrescentada no corpo do texto a versão traduzida, e em nota de rodapé, a versão original da citação.

10. A formatação de tabelas, quadros e figuras deverá seguir o formato ABNT.

11. As referências devem ser listadas ao final do texto e devem se restringir àquelas efetivamente citadas no artigo. Deve ser observado estritamente o sistema Chicago (AUTOR, data). Não serão aceitas referências bibliográficas em notas de rodapé.

11.1. As referências deverão seguir os modelos abaixo:

Artigos:

AUTOR(es). Título. *Título da publicação*. Numeração correspondente ao volume, número, mês e ano de publicação, paginação inicial e final. Indicar o endereço (link) onde o documento está disponível e a data de acesso ao artigo.

Ex. PASSETTI, Gabriel. Confederações indígenas em luta por participação política, comercial e territorial: Argentina, 1852 - 1859. *História* [online]. Vol.28, n.2, 2009, pp.107-142

Livros:

AUTOR(es). *Título*. Edição (a partir da 2ª edição). Cidade: Editora, ano de publicação.

Ex. RODRIGUES, Thiago. *Guerra e política nas relações internacionais*. São Paulo: EDUC, 2010.

Capítulos de livros:

AUTOR(es) do capítulo. Título do capítulo. In: AUTOR(es) da obra (Org., Ed., Coord.) *Título da obra*. Edição (a partir da 2ª edição). Cidade: Editora, ano de publicação. Capítulo consultado e paginação da parte.

Ex. FREIXO, Adriano de. Sobre novos e velhos mitos: as relações Brasil-Portugal e a ideia da lusofonia. In: MELO, Victor A. de; PERES, Fabio de Lima; DRUMMOND, Maurício (Orgs). *Esporte, Cultura, Nação, Estado: Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2014, pp. 13-25.

Trabalhos apresentados em Eventos:

AUTOR(es). *Título do trabalho apresentado*. In: nome do evento, numeração do evento (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, tópico temático), local, editora, data de publicação e página inicial e final da parte referenciada.

Ex. ALVES, Vágner Camilo. *A História nas narrativas de origem do Super-Homem: análise comparativa das séries Man of Steel, de John Byrne, e Birthright, de Mark Waid e Leinil Francis Yu*. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal-RN. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371261864_ARQUIVO_ArtigoANPUHOrigensdoSuper-Homem.pdf





HOPLOS
Revista de
**Estudos Estratégicos e
Relações Internacionais**
Vol.1 -Nº.1 - 2017
ISSN: 2595-699X

PPGEST - UFF

